

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS
FACULDADE DE MEDICINA**

WALLACE CRISTIANO DA SILVA

ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRUMADINHO-MG: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão

BELO HORIZONTE
2024

WALLACE CRISTIANO DA SILVA

ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRUMADINHO-MG: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência da Faculdade de Medicina da UFMG.

Linha de Pesquisa: As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das pessoas e populações;

Orientador: Professor Geraldo Cunha Cury

BELO HORIZONTE
2024

SI586a Silva, Wallace Cristiano da.
Assistência Social de Brumadinho-MG [recursos eletrônicos]: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão. / Wallace Cristiano da Silva. - - Belo Horizonte: 2024.

63f.: il.

Formato: PDF.

Requisitos do Sistema: Adobe Digital Editions.

Orientador (a): Geraldo Cunha Cury.

Área de concentração: Políticas Públicas.

Dissertação (mestrado): Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina.

1. Cidades. 2. Apoio Social. 3. Política Pública. 4. Sistema Único de Saúde. 5. Colapso Estrutural. 6. Dissertação Acadêmica. I. Cury, Geraldo Cunha. II. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Medicina. III. Título.

NLM: HM 741



UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS

ATA**FACULDADE DE MEDICINA - CENTRO DE PÓS GRADUAÇÃO**
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA/MP**ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO**

Às **quatorze** horas do dia dois de maio de dois mil e vinte quatro, modo online - plataforma Lifesize, realizou-se a sessão pública para a defesa de dissertação de **WALLACE CRISTIANO DA SILVA**, número de registro **2021725310**, graduado no curso de SERVIÇO SOCIAL, como requisito parcial para a obtenção do grau de Mestre em **PROMOÇÃO DE SAÚDE E PREVENÇÃO DA VIOLÊNCIA**. A Presidência da sessão coube ao Prof. Geraldo Cunha Cury Orientador (UFMG). Inicialmente o Presidente após dar conhecimento aos presentes sobre o teor das Normas Regulamentares do trabalho final de Pós-Graduação, fez a apresentação da Comissão Examinadora, assim, constituída pelos Professores: Prof.ª Elizabeth Costa Dias (UFMG), e Prof. Marcus Vinicius Polignano (UFMG). Em seguida o Presidente autorizou o aluno a iniciar a apresentação de seu trabalho final intitulado: "**ASSISTÊNCIA SOCIAL DE BRUMADINHO-MG: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão**". Seguiu-se a arguição pelos examinadores e logo após, a Comissão reuniu-se, sem a presença do candidato e do público e decidiu considerar a defesa de dissertação APROVADA. O resultado final foi comunicado publicamente ao aluno pelo Presidente da Comissão. Nada mais havendo a tratar, o Presidente encerrou a sessão e lavrou a presente ata que, após lida, será assinada eletronicamente por todos os membros da Comissão Examinadora presente através do SEI (Sistema Eletrônico de Informações) do Governo Federal.

Belo Horizonte, 02 de maio de 2024.

Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Costa Dias, Servidor(a)**, em 03/05/2024, às 09:00, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Geraldo Cunha Cury, Professor do Magistério Superior**, em 03/05/2024, às 09:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



Documento assinado eletronicamente por **Marcus Vinicius Polignano, Professor do Magistério Superior**, em 03/05/2024, às 11:47, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 5º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufmg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **3199387** e o código CRC **53C3E174**.

Dedico este trabalho a todas as famílias que perderam seus familiares e amigos no bárbaro crime/tragédia do rompimento da barragem em Córrego do Feijão.

Dedico também este trabalho à professora Elza Machado de Melo, uma das maiores referências nacionais na luta pelos direitos das mulheres, que faleceu durante a concepção deste trabalho. Seu legado continua vivo nos corações de todos que a conheceram.

Agradecimentos:

Agradeço primeiramente ao meu pai José e à Vilma, minha mãe de amor, e aos demais familiares que sempre me incentivaram e me deram força para seguir em frente. Agradeço também às pessoas que me acompanharam de perto durante a realização deste trabalho, que me deram suporte, orientação e amizade. Em especial, agradeço à ex-secretária de Desenvolvimento Social de Brumadinho Christiane Alves Passos Nogueira pela confiança e apoio e ao atual Secretário de Assistência Social de Brumadinho, Gustavo Maciel Barcelos, à ex-secretária Sirlei de Brito Ribeiro, que foi vítima do rompimento da barragem, e ao meu professor e orientador Geraldo Cunha Cury. Sem a colaboração e o apoio de todos eles, este trabalho não seria possível.

*“A calamidade, a banalidade, a dignidade já ficaram no chão.
Chove impunidade. Quando a lama invade, morre uma cidade,
morre uma nação” (Gabriel Pensador - O Sobrevivente)*

RESUMO

A tragédia/crime em Córrego do Feijão, em Brumadinho, resultou em um colapso no atendimento da Política Pública, como poucas vezes pôde ser visto no Brasil, gerando transformações profundas na dinâmica e na estrutura da Assistência Social do município. Este estudo, com base em pesquisa bibliográfica e documental, utiliza a metodologia de análise de conteúdo para examinar o artigo “Assistência Social de Brumadinho-MG: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão”, a fim de refletir sobre as mudanças e impactos na Política Municipal de Assistência Social de Brumadinho, destacando os principais desafios para implementar uma resposta eficaz às consequências da tragédia/crime da Barragem em Córrego do Feijão.

Palavras-chave: Política Pública, Brumadinho, Proteção Social

ABSTRACT

The tragedy/crime in Córrego do Feijão, in Brumadinho, resulted in a collapse in the provision of Public Policy, as rarely seen in Brazil, generating profound transformations in the dynamics and structure of the municipality's Social Assistance. This study, based on bibliographical and documentary research, uses the methodology of content analysis to examine the article "Social Assistance in Brumadinho-MG: impacts and challenges after the breach of the Dam in Córrego do Feijão", in order to reflect on the changes and impacts on Brumadinho's Municipal Social Assistance Policy, highlighting the main challenges to implement an effective response to the consequences of the tragedy/crime of the Dam breach in Córrego do Feijão.

Keywords: Public Policy, Brumadinho, Social Protection

Lista de Figuras

Figura 01	Encontro Gabinete de Crise	18
Figura 02	Estada interditada de acesso a <i>sede de Brumadinho</i>	27

Lista de Quadro

Quadro 01	Retrato da Política de Assistência Social de Brumadinho	43
------------------	---	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- BPC** -Benefício de Prestação Continuada.
- CAD-Único** - Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal.
- CMAS** – Conselho Municipal de Assistência Social
- CNAS** – Conselho Nacional de Assistência Social
- COVID** - Doença causada pelo coronavírus (SARS-CoV-2)
- CRAS** - Centro de Referência de Assistência Social.
- CRASEC** - Centro de Referência de Assistência Social Especializado em Calamidade
- CREAS** - Centro de Referência Especializado de Assistência Social.
- CSI** - Comitê Socioassistencial Intersetorial
- CRP** - Conselho Regional de Psicologia
- DOM** - Diário Oficial do Município ou Diário Oficial do Estado, dependendo do contexto.
- FNAS** - Fundo Nacional de Assistência Social
- GISTM** - Global Industrial Standard for Tailings Management
- IBGE** - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
- LOAS** - Lei Orgânica da Assistência Social.
- MG** - Minas Gerais
- NUPIC** - Serviço de Atenção Domiciliar
- P.A** - Pronto atendimento
- PBF** - Programa Bolsa Família.
- PTR** – Programa de Transferência de Renda
- SAD** - Serviço de Atenção Domiciliar
- SUAS** - Sistema Único de Assistência Social.
- RMA** – Registro Mensal de Atendimento
- RPP** – Revista de Políticas Públicas
- TJMG** - Tribunal de Justiça do Estado de Minas Gerais.
- SMDS** - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social
- SINE** - Sistema Nacional de Emprego, um serviço de intermediação de mão de obra.
- SEDESE** - Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais
- OAB** - Ordem dos advogados do Brasil
- UNICEF** - United Nations International Children's Emergency Fund

SUMÁRIO

I. APRESENTAÇÃO:	14
II. INTRODUÇÃO.....	24
III. OBJETIVO	32
IV. METODOLOGIA	32
V. DESENVOLVIMENTO:.....	34
VI. CONCLUSÃO:	53
VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS:	57
VIII. REFERÊNCIA:	60

I. APRESENTAÇÃO:

Sou Wallace Cristiano da Silva, graduado em Serviço Social pela PUC MINAS – Coração Eucarístico, no ano de 2007 e pós-graduado em Gestão em Serviço Social pela Faculdade Batista de Minas Gerais em 2019, atualmente, estou cursando o Mestrado Profissional no Programa de Promoção de Saúde e Prevenção da Violência na Faculdade de Medicina da UFMG.

Minha vida profissional e estudantil é caracterizada por uma grande vivência no campo do Serviço Social, englobando desde o trabalho como assistente social em instituições educacionais até atuação em emergências junto a Defesa Civil e ainda presidi o Conselho de Assistência Social de Brumadinho por dois mandatos consecutivos e ainda desempenhei o papel de Secretário Executivo dos Conselhos do Idoso, Assistência Social, Infância e Adolescência, e Juventude.

Estive profundamente envolvido durante a crise em Brumadinho em 2019, ocasionado pelo rompimento da barragem da Vale em Córrego do Feijão, sendo que minha participação não se restringiu às medidas emergenciais pós-desastre; também fui um participante ativo na elaboração da Política de Assistência Social direcionada à reconstrução e ampliação da Proteção Social na cidade.

A minha formação acadêmica em Serviço Social é caracterizada por um currículo diversificado e abrangente, que proporciona uma visão integrada de várias áreas do conhecimento humano. Esta amplitude curricular não apenas enriquece a perspectiva educacional, mas também oferece uma variedade de oportunidades profissionais.

A interdisciplinaridade do curso permite uma imersão desde os conceitos da filosofia clássica até as práticas contemporâneas na operacionalização de políticas setoriais. Esta variedade permitiu a minha adaptação e atuação em diferentes ambientes profissionais, incluindo política, educação, direito, saúde e cultura.

Ao longo dos meus mais de 15 anos de carreira profissional, tive a oportunidade de participar em projetos diversificados de diversos segmentos, porém é na Política de Assistência Social que pude não só oferecer atendimento direto ao usuário como também participar na gestão estratégica e Política, e ainda no controle social dos conselhos.

Esta jornada profissional reflete a riqueza e versatilidade da minha formação acadêmica em Serviço Social sendo que cada experiência contribuiu para o meu crescimento profissional e pessoal, permitindo-me adquirir uma compreensão integral das complexidades inerentes às diversas áreas de intervenção social, no entanto, essa vasta experiência foi desafiada por uma das maiores crises na política pública brasileira, que se manifestou no enfrentamento dos impactos provocados pelo rompimento da barragem em Brumadinho, essa tragédia-crime¹ impôs desafios sem precedentes ao cenário da política pública, demandando uma resposta imediata para lidar com o sofrimento emergencial, sem perder o foco estratégico na busca pela emancipação social, prerrogativas esta fundamental no Estado de Direito.

Como parte integrante da equipe de profissionais diretamente envolvidos na construção da Política de Assistência Social de Brumadinho, durante todo o processo que antecedeu e sucedeu à tragédia, deparei-me com situações que não apenas testaram minhas habilidades técnicas, mas também demandaram grande resiliência emocional.

Assim ao longo deste trabalho, compartilharei não somente minha jornada pelas vivências em Brumadinho, mas também a visão que desenvolvi, a qual pode ser fundamental para moldar diretamente as estratégias empregadas no desenvolvimento de Políticas Públicas, com ênfase na Assistência Social. Compreendo que é essencial não só entender teoricamente, mas também examinar de maneira detalhada esses processos e suas consequências sociais, por diversos pontos de vista, inclusive a subjetiva, em dialética a técnica objetiva, ampliando a visão sobre a situação atual de Brumadinho.

Para contextualizar adequadamente minha perspectiva na análise dos eventos subsequentes, é imperativo compreender meu posicionamento e a abordagem narrativa proposta nesta breve exposição de experiência. Nesse sentido, detenho uma visão substancial e peculiar sobre a Assistência Social em Brumadinho, fundamentada em

¹ O termo "tragédia-crime" foi cunhado pelos movimentos sociais é aplicado ao evento ocorrido em Brumadinho refere-se à combinação de elementos trágicos e criminosos associados ao rompimento da barragem de rejeitos de mineração. Essa denominação é fundamentada em diversos aspectos que destacam não apenas a dimensão da catástrofe, mas também a responsabilidade humana por negligência, má gestão e possíveis violações legais.

minha ativa participação na construção do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) antes do rompimento, e reconstrução após o evento.

Contudo no processo de narrar os eventos relacionados, é importante destacar que os fatos apresentados não estão rigidamente estruturados em uma cronologia linear ou registros formais, este relato é permeado pela subjetividade do meu ponto de vista, sendo uma lembrança dos acontecimentos, que pode ser suscetível a diversas imprecisões, sendo que a complexidade da situação e a urgência das ações tomadas por diversas entidades tornam a narrativa abstrusa, refletindo a realidade dinâmica associada a esse período desafiador.

A fim de contextualizar minha perspectiva a narrativa tem início com meu *lugar de fala* no cenário de Brumadinho.

No mês de janeiro de 2019, ocupava o cargo de técnico de atendimento no único Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) da cidade, localizado na COHAB e simultaneamente, desempenhava o papel de presidente do Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), representando a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, esse contexto implicava em um exercício prático de atendimento social, aliado à minha participação ativa na gestão da política assistencial.

Assim, antes de adentrar na narrativa dos eventos traumáticos desencadeados pelo rompimento da Barragem em Córrego do Feijão, é relevante apresentar um panorama de Brumadinho e da Política de Assistência Social em 25 de janeiro de 2019.

Quadro 1 - Dados sociais de Brumadinho Jan/2019

Dados Sociais	Números
Habitantes segundo IBGE em 2019	39.520
Famílias cadastradas no CRAS em fevereiro de 2019	7926
Cadastro Único	3806
Participantes do Programa Bolsa Família	1209

Fonte: SAGI. RI.

Conforme evidenciado na *Tabela 1*, Brumadinho apresentava indicadores adequados para municípios de seu porte que conforme o SUAS é classificado como Porte

II (2), no entanto a Política de Assistência Social revelava-se marcada pela precariedade dos serviços e do atendimento, Tal cenário era atribuído à presença insuficiente de equipamentos de atendimento social, visto que contava apenas com um CRAS e um Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) para atender toda a população de um município com considerável extensão territorial.

Agravando a situação, a crise financeira municipal contribuía para a escassez de profissionais qualificados prejudicando ainda mais a eficácia dos serviços oferecidos, e ainda mais que o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) confrontava desafios em escala nacional, resultado das políticas implementadas pelo governo liderado à época pelo Presidente Bolsonaro.

É preciso considerar ainda os desafios históricos do SUAS, que são ainda mais evidentes em cidades inseridas na cultura interiorana, como era o caso de Brumadinho, o quadro de servidores se mostrava insuficiente e comprometido em eficiência pelas questões políticas que afetavam os vínculos de trabalho público de cidades do interior.

A gestão política e estratégica, extremamente conservadora, contribuía para uma burocracia exagerada e centralizadora, que se somava a uma cultura de atendimento assistencialista, sem espaço para a participação social.

Em janeiro de 2019, os serviços socioassistenciais encontravam-se à beira do colapso. Uma parcela significativa dos funcionários estava em férias coletivas - uma estratégia adotada para contenção de gastos com recursos humanos. Como resultado, apenas três técnicos estavam ativos no CRAS e cerca de quatro no CREAS, os únicos órgãos responsáveis pelo atendimento na Assistência naquela ocasião.

Por volta das 12:30 ocorreu praticamente uma sincronização de celulares tocando de funcionários residentes de Brumadinho no CRAS, as informações preliminares indicavam o rompimento de uma barragem da Vale, o comunicando da Secretaria de Desenvolvimento Social era de encerrar as atividades do serviço, devido à iminência de perigo, uma vez que não seria viável utilizar as travessias sobre o Rio Paraopeba diante de um rompimento da Barragem. Havia o temor que avalanche de proporções catastróficas destruiria todas as pontes da cidade. Diante desse cenário, a orientação foi para que todos os servidores retornassem para suas residências.

Entretanto, em virtude da minha experiência como técnico, fui direcionado a dirigir-me à prefeitura, onde deveria prestar apoio nas atividades de assistência conforme necessário.

Apesar de todas as informações serem confusas seguimos conforme solicitado no caminho da prefeitura percebemos um cenário de guerra, a população estava na rua, algumas pessoas gritavam chorando em pânico, deduzindo o pior pelos seus entes e amigos queridos.

Na Prefeitura onde estava todos profissionais dos setores estratégicos da prefeitura, especificamente da SMDS (Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social) fomos informados do rompimento de uma barragem da Vale em Córrego do Feijão com indicação de centenas de vítimas na empresa e arredores e além disso ainda havia o perigo de rompimento de uma segunda barragem ligada diretamente ao Rio Paraopeba e que certamente traria impactos catastróficos a toda sua margem, vale resalta que o rio atravessa toda parte central da sede do município.

Primeiramente era preciso se organizar e se preparar para atender desabrigados, assim em conexão com a educação foi cedido a SMDS todas as estruturas das escolas municipais, apesar da prefeitura acreditar que era uma emergência que envolveria todo funcionalismo público com seus recursos máximos ficou salientado que as questões sociais teriam prioridade, apesar que havia possibilidade da Secretária de Desenvolvimento Social a Sra. Sirlei de Brito² ser uma das vítimas do desastre.

Em poucas horas após o desastre foi convocado pela Defesa Civil Estadual um gabinete de crise se concentrava ali os setores estratégicos de todas as Secretarias Municipais, a Figura 1 mostra os primeiros encontros deste gabinete onde diversos representantes das Secretarias do Estado, representante do Ministério Público do Município do Estado e da União, Defensoria Pública Estadual e ainda as forças de segurança como representantes do exército e das Polícias Federais e Estaduais.

Esse gabinete de crise que se reuniu na Faculdade ASA de Brumadinho estendeu suas atividades durante vários dias, sendo o centro nervoso para organização dos

² Sirlei de Brito Ribeiro, 48, Secretária de Desenvolvimento Social de Brumadinho, coordenava o curso de direito na Faculdade Asa e atuava como advogada. Morava perto da barragem da Vale em Córrego do Feijão e foi uma das 272 vítimas fatais do desastre. (G1, 2019)

trabalhos da contenção da crise humanitária e ambiental desencadeada pelo rompimento da Barragem.

Figura 1 - Encontro do Gabinete de Crise



Fonte: DOM 1315

O temor generalizado é que a atuação do poder público repetisse o fiasco que aconteceu na cidade de Mariana em 2015, onde a ação estatal foi tímida dando espaço para que a própria causadora protagonizasse todo processo de atendimento a população resultando em injustiças históricas.

E assumindo uma posição de coordenação logística geral a Defesa Civil Estadual tomou providência quanto a organização de salvamento e busca nas *zonas quente*³, enquanto Governo do Estado e o Ministério Público Estadual trataram de intermediar o atendimento as necessidades da população diante a emergência.

Não que essa observação a seguir traga qualquer tipo de atenuante quanto ao crime cometido, mas neste primeiro momento a empresa Vale não polpou a disponibilização de recursos para o atendimento emergencial da população.

Diante da catástrofe que comprometeu severamente toda a infraestrutura da cidade, a primeira medida foi criar *pontos de atendimento (P.A)* à população. Todos os

³ A zona quente em desastres é a área diretamente afetada, parte central do acidente, exigindo resposta imediata e concentrando esforços de socorro e resgate. (Defesa Civil – S.C, 2019)

serviços da prefeitura se mobilizaram para socorrer os afetados, enquanto o comércio local ficou praticamente paralisado e os outros quatro distritos do município ficaram isolados da região central.

A comunidade do Parque da Cachoeira foi uma das mais atingidas pela lama, deixando dezenas de imóveis destruídos e centenas de pessoas desabrigadas. Além disso, havia o risco iminente de uma outra barragem se romper, colocando em perigo toda a população que vivia às margens do Rio Paraopeba. A SMDS instalou um P.A na quadra poliesportiva no centro da cidade, com a missão inicial de acolher os familiares, registrar os nomes dos desaparecidos e receber os donativos que chegavam de todo o Brasil.

A principal diretriz do Ministério Público em relação ao processo de atendimento à população era a efetiva coleta de informações dos afetados de forma abrangente, no entanto enfatizou-se que nenhum levantamento de perdas materiais deveria ser registrado naquele momento. Essa decisão baseou-se na experiência negativa observada no processo de ressarcimento às vítimas em Mariana, onde a abordagem insensível na coleta de dados, desconsiderando o momento de vulnerabilidade das pessoas atendidas, teve repercussões negativas e ainda foi reconhecido que abordagens desse tipo, em um momento emocionalmente delicado, podem ser suscetíveis a interpretar de maneira inadequada as perdas materiais, comprometendo assim o processo de assistência e reparação.

Não é possível descrever o cenário caótico sem fazer uma analogia com uma “zona de guerra”. Enquanto muitas pessoas traziam donativos variados, necessitando triagem e organização, inúmeras famílias buscavam os nomes de entes queridos nas listas de vítimas, ansiando por acolhimento e atenção, além disso, desabrigados e indivíduos deslocados começavam a chegar, sendo encaminhados para hotéis e pousadas.

A comoção nacional diante da tragédia com repercussões mundiais motivou o envio de alimentos, roupas, medicamentos e outra infinidade de itens em uma proporcionalidade colossal, que no passar dos dias se tornaria um problema para a administração pública, com repercussão pelos próximos 3 anos, após o rompimento.

No início, a equipe da Prefeitura de Brumadinho era reduzida, reflexo das demissões e das férias coletivas impostas pela crise financeira que afetou os municípios mineiros em 2019, contudo essas medidas foram revogadas e todos os servidores municipais foram convocados de volta ao trabalho, entretanto não é difícil de imaginar que a equipe de trabalho mesmo com apoio estadual e federal se demonstrava insuficiente e despreparada considerando que a situação era extrema e inesperada naquela proporcionalidade em qualquer sistema público de atendimento brasileiro.

Nos dias seguintes, a situação em Brumadinho tornava-se ainda mais complexa com a divulgação de números de mortos e a descoberta de corpos e assim o município viu-se invadido por um fluxo contínuo de forças de segurança e voluntários de inúmeros grupos e organizações. Esses esforços, embora bem-intencionados, muitas vezes resultavam em sobreposição de ações e confusão entre os moradores já abalados.

A presença da imprensa, tanto nacional quanto internacional, transformou-se em uma constante, com equipes de reportagem cobrindo cada desenvolvimento da tragédia e esse assédio midiático, somado ao caos instalado, criou um clima de grande estresse e angústia, exacerbando o sofrimento de uma população que já enfrentava uma situação drástica.

Os relatos dos moradores de Brumadinho frequentemente incluíam descrições vívidas do trauma causado pelo som dos helicópteros que não só trazia os bombeiros para as operações de resgate, mas também transportavam os corpos das vítimas, uma visão que se tornou um símbolo pungente da tragédia essa imagem dos corpos sendo içados no céu era uma cena chocante gravada na memória coletiva da população. O barulho característico dos helicópteros carregava o peso do luto e da perda, um lembrete constante da catástrofe que abalou a comunidade.

Nos dias subsequentes à tragédia, a imagem vinculada dos caixões alinhados, aguardando no Velório Municipal, desencadeava uma devastação emocional coletiva e em Córrego do Feijão, essa dor era amplificada, uma vez que o campo do lugarejo servia como base inicial para os helicópteros que transportavam os corpos resgatados.

Considerando que Córrego do Feijão se tratava de uma comunidade tradicional e compacta, composta por cerca de 400 membros, muitos dos quais interligados por laços

familiares ou comunitários, o impacto psicológico foi verdadeiramente desastroso, onde os velórios eram praticamente diários.

Atualmente, a comunidade em Córrego do Feijão passa por uma profunda transformação, perdendo gradualmente sua identidade cultural distintiva, isso se deve, em grande parte, à decisão de muitos de seus moradores indenizados de optarem por mudar-se, abrindo espaço para o estabelecimento de diversas empresas, uma consequência do movimento de reconstrução da cidade.

Outro desafio significativo durante todo o processo de atendimento emergencial à população de Brumadinho foi o isolamento da região rural em relação à sede do município, que perdurou por quase dois meses. Para compreender o contexto completo, é decisivo considerar que a lama resultante do rompimento percorreu uma extensão de 9 km dentro de Brumadinho até atingir o Rio Paraopeba e nesse percurso destruiu tudo em seu caminho, incluindo a principal via de ligação entre a Região Central do município e três outros distritos da área rural.

Dessa forma, o acesso a esses distritos tornou-se bastante complicado, exigindo que os moradores e o serviços públicos contornassem por fora, ou seja através de outra cidade ou por uma única estrada de terra que cruzava uma área pertencente a uma empresa mineradora na qual era um percurso penoso para veículos de passeio em meio a um terreno privado com diversas restrições, devido à natureza inerente a um local de mineração.

O resultado dessas dificuldades de acesso implicou em um inflacionamento de produtos e serviços locais, agravando ainda mais a situação das famílias mais vulneráveis, que se viram prejudicadas não apenas pela dificuldade de deslocamento, mas também pelos custos adicionais associados a essa nova rota.

Em resumo o retrato de Brumadinho era de uma cidade sobrecarregada com seus serviços e comércio morrendo lentamente por asfixia, impactados pelo excesso de doações e auxílio de diversas organizações mobilizadas pela grande repercussão da tragédia.

Assim a economia municipal estava estagnada, uma vez que perdeu o alicerce dado pelas atividades de mineração na cidade e a população estava dividida: uma parte profundamente abalada emocionalmente e outra parte revoltada com

a situação, enquanto isso os serviços públicos estavam exaustos, enfrentando uma demanda extensa e complexa.

Mas é preciso salientar que apesar do sentimento de invasão proporcionado a população diante o monstruoso volume de voluntários em dezenas de ações nas cidade, diversas entidades tiveram um papel importante no atendimento a população de Brumadinho, como exemplo dessa relevância foi um grupo da igreja protestante que proporcionava lavagem da roupa dos bombeiros, as entidades de classe como CRP (Conselho Regional de Psicologia) e OAB (Ordem dos advogados do Brasil) que estiveram ativamente atuando foram mais uma porta de acolhimento a população.

Para reconceituação da Política de Assistência Social foi criado por iniciativa da SEDESE (Secretaria de Estado de Desenvolvimento Social de Minas Gerais) um comitê de gestão deste processo, CSI (Comitê Socioassistencial Intersetorial) composto por representantes da rede municipal da Assistência Social e com eventuais representantes do Governo Estadual e Federal.

No momento da crise da Barragem, considerando minha larga experiência na Assistência de Brumadinho atuando como Presidente do Conselho de Assistência Social, fui convidado a assumir a coordenação dos Serviços de Proteção Básica e além de coordenar serviços de atendimento emergencial era um dos componentes do CSI.

Posição essa que me permitiu ser capacitado em diversos níveis de gestão na Política de Assistência Social no Estado e em Brasília tendo mentoria direta da própria coordenação estadual e nacional do SUAS, conhecimento esse fundamental para atuação neste novo cenário que se apresentava no município.

No processo de redefinição da Política de Assistência Social, o CSI tinha como premissa fundamental a criação de uma abordagem estratégica que antecipasse os impactos sociais decorrentes do novo perfil do município após a tragédia, para isso, tornava-se imperativo estabelecer parâmetros eficazes de monitoramento e registro, capazes de acompanhar esse processo de crescimento.

No processo da formação do Mestrado pude entender melhor a combinação entre análise de dados e o resultante deles na prática organizacional da Política Publica, diante este conhecimento tive a oportunidade de apresentar em conversar sobre esse novo entendimento dos dados aos Coordenadores de Serviço da Política de Assistência

Social, debates esses que resultaram no Plano Municipal de Assistência Social de Brumadinho *Figura 02* que hoje está em execução no município.

É preciso compreender que apesar deste trabalho partir do desdobramento de uma catástrofe específica contextualizada em Brumadinho, o fazer da política pública parte da compreensão científica da dinâmica social, assim sendo o registro de experiências oriundas do conhecimento dotado da prática aplicada, contribui de forma significativa para construção de novas Políticas Públicas, mas o que realmente torna o caso Brumadinho distinto é o contexto de emergência extrema que imputou a todo sistema rever conceitos historicamente usados de forma consensual, pois diante de uma pressão oriunda do monitoramento severo, e do olhar da população mundial, imposto a máquina pública, para entrega de respostas ao desastre, esse conceitos são colocados a prova de eficiência e aplicabilidade, postulando este trabalho como um rico material para uso de gestão estratégica de Políticas Públicas.

II. INTRODUÇÃO

O ano de 2019 marcou a cidade de Brumadinho como cenário de um dos mais impactantes desastres socioambientais da história contemporânea onde uma instituição de considerável poder econômico desencadeou uma *tragédia/crime* que deixou marcas permanente na dinâmica social da cidade.

Até os dias atuais, Brumadinho enfrenta as sequelas desse episódio, agravadas pela aparente dificuldade estatal de compreender as nuances que envolve esses múltiplos processos sociais, impedido a política pública de fornecer respostas eficazes às demandas da população atingida.

A cidade, que em outros tempos se destacava pela sua tranquilidade e simplicidade cotidiana, viu-se transformada por um inchaço demográfico repentino, aumento da especulação imobiliária e um surto inflacionário, fenômenos esses que aliados à instabilidade psicossocial da população, resultaram em uma sobrecarga monumental nos serviços de atendimento da Política Pública, conforme expresso no Plano Municipal de Assistência Social de Brumadinho (2019).

Tal situação de impacto e mudança no cotidiano da cidade foi expresso em matéria onde a própria população repercutia essas diferenças:

“Mais carros, mais gente circulando. A tranquilidade da cidadezinha do interior ficou para trás. “Brumadinho era uma cidade pacata, boa de se viver. Hoje é difícil. A gente tem medo de sair na rua à noite”, diz a recepcionista Tânia de Souza.” (G1,2019)

Segundo relatos do Plano Municipal de Assistência Social 2019-2021, em 25 de janeiro de 2019, cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério desmoronaram da Barragem B1, de propriedade da Mineradora Vale S.A, onde uma avalanche de resíduos e lama devastaram a área administrativa da Vale, bem como a comunidades local ao derredor , culminando no desastre ambiental que atingiu o Rio Paraopeba, afetando 48 municípios ao longo de 546,5 quilômetros da calha do rio além de vitimizar diretamente 272 (em dados iniciais, mas segundo o relatório da própria Vale era registrado 276 desaparecido) pessoas e trazendo impactos sociais desastrosos na cidade de Brumadinho.

A resposta inicial à tragédia, descrita no Plano Municipal de Assistência Social, revela uma série de desafios imediatos, como a mudança na rotina das comunidades afetadas, luto coletivo, insegurança sobre a qualidade de vida e segurança em relação a outras minerações na região.

Segundo o mesmo Plano após a emergência, a cidade enfrentou dificuldades na reorganização dos serviços públicos, agravadas pela situação econômica já precária de Brumadinho em 2018. O colapso do sistema de atendimento público abrangeu áreas desde a Defesa Civil até a Saúde, impactando não apenas a esfera municipal, mas também o Estado e a União.

É imensurável a dimensão das sequelas oriundas do rompimento em Brumadinho, mas de forma substanciar ainda mais o retrato que se desenhava na cidade em 2019 um documento apresenta mais uma importante facetado das consequências do desastre, se trata do Relatório apresentado na Ação Civil Pública (ACP) pelo Ministério Público, assinado 4 meses após a tragédia, onde documento tenta descrever os impactos sofridos nas dezenas de cidades envolvidas, em especial em Brumadinho, com intuito

de subsidiar a decisão da Justiça, quanto o pedido de tutela cautelar provisória de urgência em desfavor da Vale S.A.

Vale ressaltar que o próprio Ministério Público neste documento ressaltava que se trata de um levantamento preliminar e que as consequências finais do desastre eram imprevisíveis e incalculáveis naquele momento, mas apesar de sua limitação temporal que remete somente aos 3 primeiros meses de consequência, este apresenta uma leitura extremamente abrangente do caso.

Neste Relatório é descrito que os rejeitos em seu percurso dizimaram toda uma comunidade desde as pessoas, propriedades rurais, casas, animais, carros, destruído todo ecossistema da região e provocando colapsos socioeconômicos e socioambientais e que o encontro dos rejeitos com o leito do rio resultou na morte do Paraopeba em centenas de quilômetros e considerando sua importância no sustento de uma vasta cadeia de produção o modo de vida de diversas comunidades sofreu danos irreparáveis.

Em 28 de março de 2019, o IGAM emitiu a Nota Técnica IGAM-SES nº 001/2019, na qual recomenda a interrupção da utilização da água do Rio Paraopeba para consumo humano, atividades de piscicultura, agricultura e pecuária. Essa recomendação teve um impacto significativo em toda a cadeia produtiva ao longo do curso do Rio Paraopeba.

Ainda no documento do Ministério Público há relatos que remetem a repercussões na saúde pública, onde moradores que viviam próximos a zona quente apresentavam, manchas na pele, enjoos, dificuldade de dormir, angústia, depressão, transtorno pós-traumático, apatia e tristeza em consequência ao luto coletivo.

O relatório também destaca uma situação profundamente alarmante: não houve qualquer alerta sonoro para informar a população sobre a emergência iminente. Eles foram completamente pegos de surpresa pelo fluxo de lama. Aqueles que conseguiram escapar, sem nenhum plano de evacuação em vigor, foram forçados a abandonar documentos, pertences pessoais e até mesmo sua história pessoal

Vale ressaltar que apesar da Vale conter um plano de contingência detalhado prospectando as consequências de uma possível emergência, tal planejamento nunca foi divulgado a população.

Dezenas de imóveis foram destruídos pela o tsunami de lama, diversas famílias foram afetadas conforme o documento retrata:

“Os dados obtidos até o momento dão conta de que no município de Brumadinho 273 pessoas/famílias (cerca de 94 núcleos familiares) foram obrigadas a se deslocar das suas residências, seja pelo fato de terem suas casas soterradas pela lama ou por suas residências passarem a se encontrar em áreas de risco, próximas ao derramamento de lama.” (Ministério Público 2019)

As consequências sociais foram incalculáveis segundo o Ministério Público, o modo de vida de toda uma cidade foi paralisado, interrupção das aulas por vários dias afetando severamente o calendário escolar, relatos de alunos traumatizados não querendo ir à escola com medo de novos rompimentos, ou criança vivenciando gatilhos psicossomáticos com som de helicópteros, na Figura 2 mostra a interdição com milhares de toneladas de lama a principal via que liga a região rural de Brumadinho com seu centro.

Figura 2 - Estrada interditada



Fonte: Relatório MP.2019

Houve ainda cancelamento de consultas e procedimentos médicos, dificuldade de locomoção na cidade em consequência da destruição da lama em estradas e pontes que dificultaram severamente o acesso ao comércio local ou ainda de trabalhadores da região rural a sede do município, os inúmeros atestados, oriundo de questões psicológicas ou por frequência destes trabalhadores em velórios e enterros a inadimplência no comércio explodiu, surge ainda o medo de fornecedores em ir na cidade e o medo da população geral de consumir produtos de Brumadinho, o documento menciona o relatório do CDL que mostra a situação do comércio em Brumadinho:

“Relatório entregue pela Câmara dos Dirigentes Lojistas - CDL Brumadinho apresenta análise feita a partir de informações preliminares colhidas entre comerciantes e prestadores de serviços que evidência brusca queda, em torno de 60% de vendas ou serviços no mês posterior à tragédia, e grande concentração de empresas que ficaram fechadas no período de 3 a 5 dias.”
(Ministério Público 2019)

O Ministério Público destaca as ramificações do sofrimento na comunidade em todos os domínios, evidenciando a crueldade da situação ao infligir angústia às famílias de maneiras diversas e intensas, como descrito nas narrativas dos parentes em depoimentos ao Ministério Público.

“Sentimento comum relatado é de um enorme “vazio” até que o último adeus possa ser dado:

Que eles aguardaram notícias por quase oitenta dias... ‘foram 80 dias de um velório sem corpo.’ Que foram encontradas partes dos membros inferiores do sogro em 13/04/2019 e foi então realizado o velório e o enterro no dia 14/04/2019. Nas palavras da declarante: “Ele foi encontrado no dia 13/04/19, ele não né...os pedacinhos dele. (Ministério Público 2019)

O relatório ainda fala sobre os impactos que reverberaram em todos os aspectos do Serviço Público, que desde o rompimento da barragem estava atordoado pelo caos implantado na cidade, uma das políticas avaliada naquele momento foi a de Assistência Social, na qual o documento cita 31 impactos sofridos no serviço:

- “1. Atraso na conclusão do espaço que servirá como ponto de apoio e depósito para doações na região central da sede do Município.*
- 2. Atraso no retorno das atividades normais do Núcleo de Convivência (antigo Peti).*
- 3. A contratação via Processo Seletivo Simplificado inviabilizou o atendimento de urgência.*
- 4. As doações feitas diretamente a outros postos de recebimento, de forma desordenada e sem o controle público, trouxe e ainda vem trazendo diversos transtornos ao Município, que se vê responsabilizado, o tempo todo e por toda a população, por todas as doações, sem que tenha a mínima possibilidade de ter controle sobre elas.*
- 5. Trinta novos casos distribuídos aos novos técnicos contratados após desastre;*
- 6. Necessidade de realização de horas extras pelos técnicos da Proteção Social Especial em função da demanda dos atendimentos;*
- 7. Necessidade de mais um veículo para atendimento ao aumento expressivo na demanda por visitas domiciliares e institucionais.*
- 8. Aumento expressivo da demanda por acompanhamento que impactou diretamente na equipe, hoje composta por oito técnicos, demandando a ampliação para doze técnicos.*
- 9. Necessidade de realização de capacitações diversas ofertadas a todo corpo técnico pela SEDESE e Ministério da Cidadania, sobre o trabalho em situações de calamidade ambiental e industrial que concorreram com o tempo dedicado ao acompanhamento dos casos do CREAS.*
- 10. Demanda por mudança de estrutura física obsoleta que não comporta o aumento do fluxo de atendimento.*
- 11. Necessidade em adquirir equipamentos e mobiliários para realização de atividades inerentes ao atendimento das demandas.*
- 12. Absenteísmo por angústia (adoecimento físico e mental dos profissionais da linha de frente do atendimento, o que interfere diretamente no comportamental)*
- 13. Aumento do custo de vida em Brumadinho (aluguel, supermercado, gasolina e outros).*
- 14. Turnover devido ao excesso de demanda e o salário abaixo ofertado no PSS.*
- 15. Acesso comprometido para realização de visitas domiciliares de acompanhamento de casos, com desvios longos e demorados, muita poeira, incluindo visitas para rastrear usuários em hotéis e pousadas fora do município, onde as pessoas foram alojadas.*
- 16. Ausência de dativos para atender aos usuários encaminhados pelo CREAS, em decorrência da oferta local da defensoria pública a partir do desastre.*

17. *Aumento considerável do consumo de materiais de escritório, limpeza e outros.*
18. *Desgastes dos servidores por causa do critério para a entrega dos donativos emergenciais.*
19. *Problemas envolvendo abertura de processos pela guarda e curatela, inclusive com demanda por retirada de usuários abrigados.*
20. *Demanda crescente por abrigo para receber mulheres e filhos, por causa da Maria da Penha.*
21. *Aumento de solicitações pelo BPC por adoecimento mental decorrente do desastre.*
22. *Necessidade em intermediar junto a Brasília o alinhamento de informações sobre a possível interrupção do BPC por causa do auxílio emergencial pago pela Vale.*
23. *Desgaste no atendimento a estelionatários querendo tirar proveito das situações, o que demandam tempo técnico.*
24. *Hostilidade da população junto ao serviço público, atribuindo descrédito ao trabalho realizado, em decorrência da burocracia estatal frente à demanda emergencial.*
25. *Aumento de casos de abrigamento infantil.*
26. *Aumento de atendimento à população em situação de rua.*
27. *Mudança de rotina dos trabalhadores na esfera privada, em decorrência dos impactos do desastre.*
28. *Relações humanas com território em processo de perda.*
29. *Perdas materiais dos usuários acompanhados pelo CREAS.*
30. *Perdas humanas dos usuários acompanhados pelo CREAS.*
31. *Angústia causada pelo desaparecimento e morte da Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, cujo luto sequer foi vivido pelos profissionais da pasta, em virtude do atendimento à demanda emergencial instaurada no município na ocasião do desastre” (Ministério Público 2019)*

Conforme o artigo “*Assistência Social de Brumadinho-MG: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão*” (2023) que na qual vai embasar este trabalho é descrito que a pesquisa acadêmica sobre o desastre de Brumadinho apresenta uma lacuna significativa, especialmente no que diz respeito à Política de Assistência Social e que embora existam estudos sobre diversos aspectos do desastre, a dimensão social permanece pouco explorada na literatura acadêmica.

Desta forma considerando a escassez de trabalhos centrados nas implicações sociais do desastre ressalta a necessidade de aprofundamento desta temática, assim este trabalho propõe-se a abordar essa lacuna, examinando o impacto do desastre de Brumadinho na Política de Assistência Social.

No entanto, a complexidade desses impactos e as constantes adversidades enfrentadas pelo município, como a pandemia de COVID-19 e desastres naturais subsequentes, tornam a tarefa desafiadora.

Este trabalho apresenta o artigo citado e expandido a discussão sobre o desenvolvimento da política pública de Assistência Social em Brumadinho, após tragédia, sem perder o foco da importância do debate sobre a identificação dos desafios enfrentados na implementação de medidas eficazes em resposta ao desastre, assim buscamos fornecer um panorama que possa orientar ações futuras e fortalecer a capacidade de resposta a eventos adversos semelhantes.

Vale ressaltar que durante a elaboração do Plano Municipal de Assistência Social, foi imperativo realizar uma análise aprofundada dos impactos sociais causados pelo rompimento da Barragem, sendo que o a pesquisa que resultou no citado artigo desempenhou um papel basilar como fonte de informações e insights e que embora o Plano Municipal de Assistência Social não faça referência direta ao artigo, é fundamental destacar que as descobertas e análises realizadas durante a pesquisa foram integralmente incorporadas ao processo de formulação do plano.

O conhecimento adquirido sobre os desafios enfrentados pelo município de Brumadinho desempenhou um papel fundamental na identificação de estratégias e ações específicas para atender às necessidades sociais, garantindo que o plano fosse mais abrangente e eficaz.

Portanto este trabalho é o elo entre a pesquisa acadêmica e a prática de formulação de políticas públicas e ressalta a importância de integrar o conhecimento adquirido em estudos específicos às ações governamentais, demonstrando a aplicabilidade prática da pesquisa no contexto do serviço público.

É preciso salientar ainda que o artigo está em processo de análise pela Revista de Políticas Públicas (RPP) que possui conceito A1 no Sistema Qualis Periódicos na área de Serviço Social para sua publicação.

III. OBJETIVO

Estudar os impactos sociais e a resposta da Política de Assistência Social no Município de Brumadinho, após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão, com base em dados secundários e relatórios governamentais, e ainda com vista no artigo *“Assistência Social de Brumadinho-MG: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão”*

IV. METODOLOGIA

Esta dissertação adota a mesma abordagem metodológica empregada no artigo *“Assistência Social de Brumadinho-MG: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão”*, que serviu como base para este trabalho. A metodologia empregada é estruturada em três etapas, alinhadas à *“abordagem de análise de conteúdo”* de Moraes (1999).

Mas para melhor compreensão da metodologia e preciso situar toda situação de análise desta pesquisa, para tanto é preciso salientar que o desastre de Brumadinho teve consequência monumentais e multidimensionais e sua consequência e danos estão longe de terminar mesmo após 5 anos, e diante uma realidade tão complexa e dinâmica, para análise desta com parâmetros científicos é plausível que se faça um recorte desta no tempo e no espaço, entretanto por se tratar de uma pesquisa de cunho qualitativo e que as vezes pode remeter a elementos abstratos para seu constructo argumentativo, esse recorte não é radical pois para contextualização de fatos se faz necessário relatos irregulares e atemporais.

Desta forma foi escolhido uma análise dos primeiros movimentos da Política após o rompimento, (os primeiros enfoque serão localizados no primeiros 6 meses se estendendo até dois anos) e ainda de forma mais especial a Política de Assistência Social, as escolhas deste momento se dá pela questão onde se há mais movimento e pressão na máquina publica em resposta ao desastre, em consequência do amplo olhar

que a sociedade impeliu a Brumadinho naquele momento, ou seja, diante a lupa social a politica publica é colocada a prova.

Na leitura do Relatório de Reparação do Vale S.A podemos determinar alguns marcos que foram determinantes para os primeiros passos da Política de Assistência Social.

Segue a. Linha do tempo dos primeiros 6 meses de 2019 de marcos que impactaram a política de assistência social:

- 25/01: Rompimento da Barragem B1 e incremento do Gabinete de Crise.
- 26/01: Estruturação dos Postos de Atendimento à Comunidade e desalojamento de centenas de pessoas e levantamento de desaparecidos.
- 31/01: Início do cadastro para as doações financeiras para famílias de vítimas e moradores impactados.
- 18/02: Aporte de R\$ 2,6 milhões para a Prefeitura de Brumadinho para ampliação da assistência humanitária no município.
- 20/02: Assinatura do TAP para pagamento das indenizações emergenciais.
- 01/03: Contratação de servidores para Secretaria de Desenvolvimento social que de 74 servidores passa a ter 130
- 25/03: Início do pagamento das indenizações emergenciais de moradores de Brumadinho.
- 10/04: Liberação da estrada de Alberto Flores que ligava a sede a região rural.
- 31/05: É findado o primeiro mês de pagamento do Auxílio Emergencial com aproximadamente 70 mil indenizados

Outra questão que precisa ser salientada foi a tragedia humana que permeia todo esse processo, entretanto foi quase que natural que a sociedade e os esforços científicos se dispusessem a debater amplamente a Política ambiental e de saúde, uma vez que os impactos nestes se evidenciem de forma factual ao olhar da sociedade, e apesar de muitos trabalhos citarem aspectos da eficácia da proteção social diante a um ataque a “*alma social*” de Brumadinho, estes a citam somente como um plano de fundo dos impactos socioambientais e socioeconômicos.

Desta forma a proposta deste trabalho e inverter esta dinâmica trazer em tela a Política de Assistência Social no limite do município e de sua missão Constitucional, diante de consequências imensuráveis advindas do rompimento.

É importante ressaltar os limites da pesquisa apresentada, não para diminuir sua importância, mas sim devido à natureza do evento em estudo. Considerando que se trata da análise de um processo ainda em curso em um universo de dimensões infinitas, estamos lidando com o estudo de algo infinito dentro de limites muito finitos. Assim, é estabelecido um recorte com base em suas limitações técnicas, estruturais e temporais.

Na primeira etapa deste trabalho, será apresentado o artigo de forma integral, conforme foi submetido à Revista de Políticas Públicas, que está em processo de análise para publicação. Esse primeiro passo tem o objetivo de assegurar a consistência e a fidelidade ao texto original.

Em seguida, na segunda etapa, será realizada uma análise aprofundada dos fatos e dados apresentados no conteúdo do artigo. Serão destacados aspectos relevantes, como os impactos sociais da tragédia de Brumadinho, os desafios enfrentados pela assistência social local e as implicações para a população afetada. Essa análise permitirá uma compreensão mais abrangente e aprofundada do tema em questão.

Por fim, na terceira etapa, será elaborado um texto síntese que expressará os significados e conclusões extraídos do artigo e da análise realizada. Essa etapa visa a expansão do debate, abordando não apenas os aspectos apresentados no artigo original, mas também ampliando a discussão para outros temas relevantes, como políticas públicas, cidadania e justiça social. Dessa forma, o texto final da dissertação terá um caráter mais abrangente e contribuirá para uma compreensão mais completa das políticas sociais relacionadas à tragédia de Brumadinho.

Assim, a adoção dessa metodologia visa manter a consistência com o artigo original e proporcionar uma análise aprofundada das políticas sociais que foram afetadas pela tragédia em Brumadinho.

V. DESENVOLVIMENTO:

O artigo *"Assistência Social de Brumadinho-MG: impactos e desafios após o rompimento da barragem em Córrego do Feijão"* foi elaborado como parte do mestrado

do autor na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), pelo Programa de Mestrado Profissional em Promoção de Saúde e Prevenção da Violência, na linha de pesquisa "*As múltiplas faces da violência e seu impacto para a saúde das pessoas e populações*".

É importante destacar que este artigo ainda está em processo de análise para possível publicação.

No artigo em questão o autor contextualiza a Política de Assistência Social, considerando as inúmeras implicações decorrentes do rompimento da Barragem em Córrego do Feijão em Brumadinho. Esse desastre resultou em um aumento significativo da população em um curto período, causando uma sobrecarga nos serviços de assistência. Diante desse desafio de atender a uma demanda crescente, o setor público precisou se reestruturar para lidar com o novo perfil populacional.

A seguir, o artigo na íntegra:

Assistência Social de Brumadinho-MG (:) impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão

Brumadinho-MG Social Assistance (:) impacts and challenges after the collapse of the Dam in Córrego do Feijão

RESUMO

A tragédia em Córrego do Feijão em Brumadinho, resultou em um colapso no atendimento da Política Pública que gerou transformações profundas na dinâmica e na estrutura da Assistência Social local. Este estudo, com base em pesquisa bibliográfica e documental, utiliza a análise de conteúdo para refletir sobre as mudanças e impactos na Política Social em Brumadinho, destacando os principais desafios para implementar uma resposta eficaz às consequências da tragédia da Barragem em Córrego do Feijão.

Palavras-chave: Política Pública, Brumadinho, Proteção Social

ABSTRACT

The tragedy in Córrego do Feijão in Brumadinho resulted in a collapse in Public Policy service that generated profound changes in the dynamics and structure of local Social Assistance. This study, based on bibliographical and documentary research, uses content analysis to reflect on the changes and impacts on social policy in Brumadinho, highlighting the main challenges to implementing an effective response to the consequences of the Córrego do Feijão Dam tragedy.

Keywords: Public Policy, Brumadinho, Social Protection

I. INTRODUÇÃO

Em 2019, a cidade de Brumadinho foi palco de um dos maiores desastres socioambientais do mundo, um crime humanitário causado por uma instituição de grande poder econômico que violentamente imprimiu uma resignificação na dinâmica social de toda uma comunidade. O município de Brumadinho até hoje demonstra viver à sombra da sensação de injustiça, calcada na incapacidade estatal de apresentar respostas significativas aos anseios desta população.

É impossível conjecturar os impactos sociais considerando que se tratava de uma cidade com o rótulo de “*pacata*”, onde aproximadamente 40 mil habitantes compartilhavam um cotidiano simples e tradicional, agora contemplam o “boom” demográfico, o aumento da especulação imobiliária e um surto inflacionário, tais processos que combinados com a instabilidade psicossocial da população acarretou uma monumental sobrecarga em todos os serviços de atendimento da Política Pública.

Veja o que relata matéria do G1 em 2019:

“Mais carros, mais gente circulando. A tranquilidade da cidadezinha do interior ficou para trás. “Brumadinho era uma cidade pacata, boa de se viver. Hoje é difícil. A gente tem medo de sair na rua à noite”, diz a recepcionista Tânia de Souza.

“Hoje em dia, estou deixando a loja um pouco mais fechada, ou, talvez, fechando mais cedo porque eu tenho receio de ficar sozinho aqui e acontecer alguma coisa”, conta o comerciante Joaquim Reginaldo da Silva.

A Prefeitura de Brumadinho afirma que a população pulou de 39.500 moradores para 44.500 depois da tragédia com a barragem da Vale, em janeiro.” (G1,2019)

O Plano Municipal de Assistência Social de Brumadinho 2019-2021 reflete e manifesta os efeitos devastadores da tragédia no cotidiano social do município que culminaram em um ambiente caótico:

“A tragédia da lama está criando graves problema sociais em Brumadinho. Podemos apontar como maiores e principais, a curto prazo e médio prazo: mudança da rotina de comunidades da zona rural afetadas diretamente com o rompimento (Córrego Feijão e Parque da cachoeira) localidades nas quais a lama arrastou plantações, casas e vidas; luto coletivo; insegurança sobre a qualidade de vida e segurança de outras minerações instaladas no município; número excessivo de doações e donativos entregues no município de maneira desordenada que ocasionou problemas de logística, escoamento e

armazenamento dos mesmos; grande números de pessoas e voluntários que vieram de todas as partes do mundo para tentar ajudar de alguma maneira.”(Brumadinho, 2019.p.58)

Segundo relatos do mesmo Plano em uma sexta-feira, por volta das 12h28 do dia 25 de janeiro de 2019, cerca de 12 milhões de metros cúbicos de rejeitos de minério desmoronaram da Barragem B1, propriedade da Mineradora Vale S.A, localizada em Córrego do Feijão, povoado rural da cidade de Brumadinho, onde uma grande avalanche de rejeitos de minério e lama que arrastou dezenas de quilômetros, destruiu tudo o que havia pela frente, inclusive as instalações da área administrativa da Vale e o refeitório que estava lotado no horário do Almoço.

Segundo notícia publicadas no site do Jornal a Folha de São Paulo, Rossi (2019) relata que o alarme de segurança da Barragem não tocou, e a lama pegou todos desprevenidos *“devido a velocidade com que ocorreu o evento”* a enxurrada monstruosa de rejeitos e lama atravessou toda a área da empresa, e atingiu uma pousada vizinha e casas da região, devastando diversas plantações, áreas agrícolas e a fauna local e após seguir quilômetros de destruição, o Rio Paraopeba, que abastece a região metropolitana de Belo Horizonte foi o destino final da lama contaminada.

Em artigo intitulado *“Produzindo dados e operando sistemas: o trabalhador do SUAS diante dos desastres socioambientais”* os autores Gambardella, Acosta e Brandão descreve o evento repercutindo o impacto socioambiental da tragédia:

“Em janeiro de 2019, na cidade de Brumadinho, notificaram-se 270 mortes, entre confirmadas e presumidas. Considerado o maior acidente de trabalho registrado no Brasil, o desastre ocorreu à luz do dia, em horário de almoço, nas instalações da Vale S.A., tendo sido constatada a morte de 120 colaboradores no seu espaço de trabalho, sobretudo porque a sede administrativa, o refeitório e o centro administrativo estavam no epicentro do desastre (Senado Federal, 2019). O crime foi classificado como o maior desse tipo no país, tendo afetado 48 municípios ao longo de 546,5 quilômetros da calha do rio Paraopeba, com estimativa de 1,3 milhão de pessoas afetadas somente no trajeto, o que acentuou a insegurança hídrica da capital do estado de Minas Gerais e de outras tantas cidades que vivenciavam a cultura do rio” (Senado Federal, 2019). (Gambardella, Acosta e Brandão, 2022, p.195)

O desastre em Córrego do Feijão acarretou impactos de dimensões imensuráveis, tanto de forma direta quanto indireta, originando uma convulsão social que permeou todo o contexto de atendimento emergencial, pós-emergencial e ainda persiste

em suas contidas proporções no processo reparatório conforme é expresso no Plano Municipal de Assistência Social : *“Os impactos ambientais, econômicos, de saúde pública e sociais causados por essa tragédia são de proporções jamais vistas no município, e também no país, e ainda tem suas consequências imensuráveis de médio e longo prazo”* (2019)

Em entrevista à revista Ciência & Cultura, a Coordenadora da Comissão de Psicologia das Emergências e Desastres do Conselho Regional de Psicologia de Minas Gerais, entre os anos de 2018 e 2019, Maria Tavares (2020), relata sobre o adoecimento mental da população de Brumadinho após o desastre:

“Existem indicadores das equipes de saúde mental dos municípios impactados pelo desastre de que houve aumento do alcoolismo e uso de drogas, de todos os tipos de violência (em especial a doméstica), depressão, suicídios e tentativas, alguns surtos psicóticos, bem como efeitos psicossomáticos, tais como pressão alta, crises alérgicas, problemas respiratórios, de pele e outros, relacionados ou não à contaminação.” (Mayorga, 2020, p.06)

Diante da emergência, foi quase que *“natural”* o desmantelamento completo do arcabouço de atendimento da política pública, desde o atendimento da Defesa Civil passando pela Assistência Social até a Saúde, estendendo esse mesmo colapso ao Estado e à União. É preciso ainda frisar que em 2018, diante da conjuntura nacional econômica de recessão, o município de Brumadinho decretava situação de emergência econômica (Decreto 216/2018), circunstância essa que já vinha comprometendo severamente a capacidade de atendimento da Política Pública Municipal conforme é relatado pelo Prefeito Avimar de Melo Barcelos (2018) no Diário Oficial 1212 Municipal em 17 de agosto de 2018 onde ele expõe que *“a crise financeira que atinge os cofres públicos já é notória e pode dificultar a administração, prejudicando serviços essenciais à população.”*(2018).

No contexto pós-emergencial, surgem os primeiros esforços da política pública de se organizar e tentar compreender a dimensão dos impactos da tragédia, mas é no período reparatório que se efetivam as primeiras Políticas Públicas e com isso os resultados advindos desses processos reconstrutivos.

Desta forma em um "multiverso" de atores e interesses qualquer concepção pré-constituída perde seu vigor em um cenário exorbitantemente imprevisível, e mesmo após quatro anos da tragédia, a sistematização e divulgação dos dados de impactos não estão devidamente elucidados e compilados, e as metas estabelecidas para a reformulação da Política Pública de Brumadinho tiveram que ser revistas, devido ao período pandêmico do COVID-19 e aos desastres causados pelas chuvas de 2020, 2021 e 2022, fato esse expresso no Plano Municipal 2023-2026 onde é relatado que a Assistência Social de Brumadinho se enfraquece *“diante de um volume crescente de demandas originárias dos desdobramentos dos eventos sucessivos de calamidades vivenciados pelo município, seja a ruptura da barragem, enchentes, pandemia, etc.”*(2023)

Todos esses desastres consecutivos inibiram severamente os esforços da reformulação das políticas municipais sociais, inclusive na questão de recursos humanos, que ainda se apresenta subquantificada e subqualificada diante as demandas e a complexidade do cenário a ser atendido, conforme é afirmado pelo mesmo Plano:

“(...) o quantitativo técnico nos equipamentos socioassistenciais vem caindo ao longo dos anos, devido à perda de servidores técnicos que foram aproveitados em cargos de liderança, desligados ou que, aprovados em concursos, ou descontentes num primeiro momento em que os vencimentos eram de fato pouco atrativos...” (Brumadinho, 2023, p.66.)

Ao revisar a literatura acadêmica relacionada ao desastre de Brumadinho, observamos uma notável escassez de estudos que abordam especificamente a Política de Assistência Social, embora tenhamos encontrado vários artigos que analisam o desastre de Brumadinho em uma variedade de contextos, como ambiental, econômico e de segurança de Barragem, há uma lacuna significativa na pesquisa que se concentra nas implicações sociais do desastre.

Em busca bibliográfica nas plataformas do Lilacs, Scielo e PubMed, durante o mês de agosto de 2023, em português, em busca do termo *“Brumadinho”* com restrições de publicações de 2019 a 2022, considerando a data do desastre, foram encontrados na Plataforma Lilacs 13 trabalhos, na Plataforma Scielo 52 trabalhos e no PubMed 16, entretanto nenhum deles tem como foco na Assistência Social de Brumadinho apesar de alguns citarem de forma geral abordando determinados aspectos do Sistema Único de

Assistência Social (SUAS) eles não se aprofundam nas implicações e transtornos que surgiram como resultado da tragédia, portanto a carência de pesquisas centradas nas dimensões sociais do desastre de Brumadinho continua sendo um espaço relevante e pouco explorado na literatura acadêmica.

E ainda é preciso salientar que é quase impraticável determinar uma abordagem que possa mensurar toda a complexidade desses impactos, uma vez que se trata de um processo em pleno movimento, talvez o grande desafio desses estudos seja limitar seu campo de visão no tempo e no espaço sem que isso comprometa o valor da pesquisa.

Além disso, não se trata somente de meros atropelos organizacionais que resultaram em um acidente, foi um crime e uma tragédia humana, permeada pela comoção social das mortes envolvidas e pela sensação de impunidade, o que insere um elemento extremamente delicado e sensível em todo processo de pesquisa em Brumadinho.

Objetivo:

Estudar os impactos sociais na Política de Assistência Social em Brumadinho, Minas Gerais, após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão, com base em dados secundários e relatórios governamentais.

Metodologia:

Segundo Paiva (2016), as análises de políticas sociais são mais complexas, pois envolvem uma trama de elementos, variáveis objetivas e subjetivas, conjecturadas por infinitos atores e interesses, e seu amplo entendimento demandaria tempo e recursos, muitas vezes indisponíveis.

Desta forma, é preciso construir essa realidade em pequenos recortes, interligando as dinâmicas do tecido social, a fim de restringir o olhar e trazer um foco fidedigno a realidade estudada, contudo a análise de políticas sociais tem uma dimensão de busca na construção da cidadania e na justiça social, como é retratado novamente por Paiva (2016), pois o estudo de Política Pública traz à tona e fomenta o debate sobre a situação

do gasto público, na disputa de forças sociais e fortalecendo a possibilidade de transformações nas relações de poder e assim viabilizar uma realidade mais igualitária.

O presente estudo é uma pesquisa documental com abordagem em “*análise de conteúdo*” (1999), como referencial teórico, que, segundo Moraes, é uma abordagem metodológica de análise de quaisquer documentos e textos, que objetiva reinterpretar todo esse conteúdo com a pretensão de obter uma maior compreensão de um contexto estudado. Assim, este trabalho se apresentará no seguinte esquema:

Será exposta uma breve descrição do Relatório do EloGroup, apresentado pela Aliança por Brumadinho, com foco nas tendências e indicadores iniciais pós-rompimento com objetivo de contextualizar um dos primeiros esforços da Política Pública de entender o que estava acontecendo, uma vez que a Aliança por Brumadinho foi a iniciativa do governo Federal para atuar em resposta a recuperação de Brumadinho, sendo o EloGroup a estrutura que organizou todo esse esforço (EloInsights, 2022)

Em uma segunda etapa, serão apresentados os dados secundários de sites e bancos oficiais governamentais, em forma de série histórica, com análise dos dados, buscando a amplitude dos impactos causados pela tragédia.

Em paralelo a todo o processo de compilação dos dados, será “*produzido um texto síntese em que se expresse o conjunto de significados presentes das diversas análises incluídas*” (MORAES, 1999). Assim, em cada conjunto de dados secundários, será incluída uma síntese interpretativa apresentando uma conclusão do conjunto do que foi analisado.

II. DESENVOLVIMENTO:

Política de Assistência Social em Brumadinho os primeiros passos

O Ministério da Cidadania em 2019 apresentou um pacto com diversas empresas e instituições, denominado “*Aliança por Brumadinho*”, que tinha como proposta implementar projetos em parceria público/privados que viabilizassem a recuperação e desenvolvimento de Brumadinho. No evento de apresentação do projeto em julho de 2019, foi entregue à comunidade a “*Cartilha 2019 Aliança por Brumadinho*”, elaborada

por uma empresa de consultoria empresarial a EloGroup que com o apoio do Ministério da Cidadania e a Ambev, apresentava um breve estudo dos indicadores que apontassem as necessidades e potencialidades da cidade de Brumadinho, sendo este um dos primeiros esforços de diagnóstico da situação de Brumadinho após o desastre em Córrego do Feijão.

Mesmo que bastante limitada e sem apresentar muitos detalhes, essa pesquisa apresentava um pequeno retrato conjuntural da cidade, com indicadores para a atuação da Política Pública no Município de Brumadinho e ainda considerando que grande parte dos setores da Política Pública Municipal e Estadual estava atordoada pela grande demanda por atendimento emergencial, pouco se havia feito em termos de planejamento e pesquisa em âmbito local.

Neste diagnóstico, foram apresentados 3 pontos de análise: O primeiro abordou os *“Desafios de curto, médio e longo prazo”*, identificados em entrevistas realizadas nas três esferas do governo (Municipal, Estadual e Federal). O segundo ponto de análise foi o levantamento dos dados secundários com a leitura dos *“Indicadores-chave”* representados em forma de série histórica. O terceiro ponto foi o levantamento das *“tendências”* com base nos indicadores-chaves apontados por especialistas em cada segmento.

A apresentação da análise da Política Social, de acordo com o Relatório do EloGroup, está organizada conforme o Quadro 01, onde os desafios se concentram a curto prazo na atualização do Cadastro Único, pois praticamente toda a população está recebendo renda, devido ao pagamento emergencial da Vale S.A. , Assim surge uma contradição legal, uma vez que a maioria esmagadora dos beneficiários de Brumadinho do Programa Bolsa Família e do Benefício de Prestação Continuada (BPC) apresentam renda superior aos limites estabelecidos pelos programas citados, essa situação se sujeita a uma aplicação rigorosa da legislação, poderia resultar na suspensão de quase todos os benefícios na cidade.

Retrato da Política de Assistência Social

Política Pública	Indicadores	Tendências	Desafios
Situação da Vulnerabilidade Social	1. Percentual da população no CadÚnico: 1,46 % 2. Cobertura do PBF para famílias cadastradas com renda per capita até ½ salário-mínimo: 56%;	1. Desestruturação das famílias no contexto social pós-desastre 2. Pouco preparo para administração dos valores das indenizações 3. Aumento da demanda de atividades de convívio e de psicólogos e assistentes sociais nos CRAS e CREAS	Curto Prazo: Atualizar cadastro e estabelecer modelo de acompanhamento Médio e Longo Prazo: Aumentar a cobertura do Bolsa Família no território para famílias com renda per capita até ½ salário-mínimo.
Atendimento da Proteção Básica e Especial	3. Índice de Gestão Descentralizada SUAS: 0,74		Curto Prazo: Criar programas para atendimento e acompanhamento de convívio de famílias atingidas; Médio e Longo Prazo: Atender a demanda dos serviços socioassistenciais básicos especializados.

Quadro 1 – Elaboração própria conforme Relatório EloGroup

Contudo na prática o poder municipal considera que esse valor repassado a população tem natureza indenizatória não computando como renda familiar, entretanto a população tende a evitar informar as mudanças de renda e composição familiar com receio de impactar negativamente o recebimento dos benefícios.

Um outro desafio apresentado pela pesquisa do EloGroup é de estabelecer um novo modelo de acompanhamento social respeitando o novo perfil da população inflada em quase 10% em 4 meses, segundo projeções dadas pela própria empresa e ainda, de forma específica, criar programas para atendimento e acompanhamento dos familiares de vítimas diretas do desastre e a médio e longo prazo, implantar uma política eficaz de atendimento socioassistencial em uma cidade devastada emocionalmente, socialmente e economicamente.

Como tendência futura, a pesquisa aponta a desestruturação das famílias no contexto social pós-desastre, uma vez que diante a fragilidade emocional da população e o pouco preparo da população para a administração dos valores das indenizações e auxílios financeiros determinados pela Justiça, resultará no aumento da demanda por atendimento personalizado, atividades de convívio e de grupo, por consequência sobrecarregando demasiadamente os psicólogos e assistentes sociais nos CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e do CREAS (Centro de Referência Especializado de Assistência Social).

Política de Assistência Social em reconstrução.

Diante da emergência, todas as políticas se viram confrontadas a atender a população de forma emergencial que em um primeiro momento, se tratava de um atendimento típico de emergência, sendo um esforço conjunto que congregava agentes públicos, privados e voluntários de infinitos segmentos.

Entretanto, com o passar dos meses, os agentes privados e voluntariados reduziram suas atividades e a Política Pública assumiu seu papel primário, e como se tratava de uma tragédia implicitamente humana, a Política de Assistência Social foi uma das protagonistas neste atendimento emergencial à população, sendo uma das primeiras políticas a sentir de forma direta os impactos dos desdobramentos da tragédia.

O CRAS (Centro de Referência em Assistência Social) é um Serviço da Proteção Básica do atendimento da Assistência Social, considerado a porta de entrada dos Serviços Socioassistenciais. Em seus dados apresentados no Sistema de Registro Mensal de Atendimentos – RMA, em “Atendimento Personalizado”, o número de atendimento saltou de 143 em janeiro para 689 atendimentos em abril do mesmo ano, ou seja, em 4 meses, houve um crescimento de 481% no número de atendimentos, conforme é apresentado na Tabela 1.

Tabela 2 - Atendimentos do CRAS Brumadinho 2019

<i>Mês</i>	<i>Jan.</i>	<i>Fev.</i>	<i>Mar.</i>	<i>Abr.</i>	<i>Mai.</i>	<i>Jun.</i>	<i>Jul.</i>	<i>Ago.</i>	<i>Set.</i>	<i>Out.</i>	<i>Nov.</i>	<i>Dez.</i>
<i>Atendimento personalizados</i>	143	251	512	689	682	672	294	577	423	582	391	284
<i>Benefícios Eventuais</i>	84	69	171	437	308	173	12	05	50	153	96	94

Fonte: Elaboração própria a partir do Registro Mensal de Atendimento – RMA

A prestação de benefícios eventuais em emergências e calamidades está prevista no caput do art. 22 da LOAS (Lei Orgânica de Assistência Social), entretanto, sua modalidade de atendimento é estabelecida conforme a demanda municipal. Em Brumadinho, diante dos diversos desdobramentos acarretados pelo rompimento, foi um dos serviços mais demandados ao CRAS no período inicial pós rompimento. Em janeiro,

mês anterior ao rompimento barragem, foram concedidos 78 benefícios eventuais e em abril, esse número saltou para 430 benefícios concedidos, um aumento de 230% no número de benefícios concedidos, conforme é apresentado na Tabela 01.

Em fevereiro de 2019, por meio de um acordo judicial entre a Vale, o Ministério Público e o sistema judiciário, com o propósito de mitigar os impactos financeiros decorrentes do desastre ocorrido em Córrego do Feijão, foi estipulado que a Vale efetuaria o pagamento mensal de um salário-mínimo a todos os adultos de Brumadinho que residiam na cidade em 25 de janeiro de 2019 e adicionalmente, os adolescentes receberiam meio salário-mínimo, enquanto as crianças teriam direito a um quarto do salário-mínimo.

Esses pagamentos seriam concedidos a todos os beneficiários ao longo de um ano, benefício este que, no Acordo Judicial de Reparação homologado pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) em 4 de fevereiro de 2021, se torna definitivo o Programa de Transferência de Renda (PTR) à População atingida, com previsão de término em 2026, entretanto os valores foram reduzidos pela metade em grande parte da cidade.

A transferência de renda concedida através do acordo contribuiu bastante para mitigar os impactos na política social no primeiro ano após o desastre, no entanto, a partir dos anos subsequentes, houve um notável aumento na procura pelos serviços da Assistência Social, consolidando um número de atendimentos superior aos registrados antes do rompimento, conforme é apresentado na Tabela 2, ou seja, o cenário de atendimento da Assistência Social passou por uma transformação, indicando que o aumento da demanda pode ser permanente.

Tabela 3 - Atendimento anual do CRAS

Ano	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Número de atendimentos personalizados do CRAS	2625	2511	5506	5964	9758	13769

Fonte: Elaboração própria a partir do Registro Mensal de Atendimento – RMA

Observa-se na Tabela 2 um aumento significativo e abrupto no atendimento em 2021, situação essa que pode ser uma consequência da redução dos valores repassados à população na efetivação do Acordo Judicial da Vale em 2021, refletindo-se no aumento da procura pelos serviços da Assistência Social.

Em 13 de fevereiro de 2023, o Conselho Municipal de Assistência Social (CMAS), em conjunto com a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social, publicou no DOM 2318 o novo Plano Municipal de Assistência Social para referência de 2023-2025.

Nesse documento, foi definido as estratégias para o aperfeiçoamento da Política de Assistência Social em Brumadinho, plano este de extrema importância para a Política Municipal, pois é o primeiro que atenderá ao novo perfil demográfico da população, transformado pela imigração, impactos sociais e psicológicos do pós-tragédia.

O Plano Municipal de Assistência Social segundo a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS) é condição essencial para que os municípios recebam os repasses do Fundo Nacional de Assistência Social (FNAS) sendo que este documento orienta as ações da Assistência Social em um município, nele que se contempla as estratégias, metas e diretrizes para o período de vigência.

Sendo que sua efetiva adoção tem aprimorado e fortalecido o SUAS como é descrito no manual de elaboração publicado pelo Governo do Estado de Minas Gerais:

“Os avanços da política de Assistência Social têm como marco principal a adoção do planejamento, em especial, de longo prazo, com objetivo de deixar de ocupar o lugar de gestão reativa para assumir compromissos estatais, pactos e criar estratégias conjuntas, para prevenir agravos e não simplesmente atuar na ocorrência desses.” (Minas Gerais, 2021, p.03)

Embora os desafios mencionados no Plano Municipal de Assistência Social de Brumadinho não sejam exclusivos do contexto de Brumadinho, a trajetória de implementação vem de encontro a duas situações distintas dos demais municípios. A primeira delas é o esmaecimento da sua estrutura de atendimento diante uma situação emergencial, que colapsou todos os serviços e a segunda é que diante este desmantelamento surge a oportunidade de reconstrução, de forma aprimorada, a Política Municipal de Assistência Social.

O Plano de Assistência Social apresenta diversos desafios e objetivos, entretanto alguns desses se destacam por se tratar de novas dinâmicas de trabalho imputados por uma nova realidade, advinda da tragédia. O primeiro desafio que podemos destacar é o aumento da demanda por atendimento, decorrente do crescimento populacional, uma vez que grande parte desses novos munícipes são imigrantes que vieram atraídos pela oferta trabalhos ligados a reconstrução estrutural da cidade, são de um extrato populacional ligados ao trabalho da construção civil com propensão de serem público da Assistência, uma vez considerando a necessidade de moradia, e ausência de laços sociais, como é citado no referido Plano:

“A partir do pagamento das indenizações, do auxílio emergencial pós-desastre e do início das obras decorrentes do processo longo de recuperação da capacidade municipal, um grande fluxo migratório se direcionou a Brumadinho. Pessoas de todos os rincões do Brasil foram buscar oportunidades no município. Muitas chegaram à procura de trabalho, visto que as empresas que atuaram e atuam no município têm forte demanda e publicam vagas de emprego diariamente no SINE da cidade” (Brumadinho, 2023, p.39)

Outro grande desafio citado no Plano é apresentar estratégias para lidar com os desdobramentos do Auxílio Emergencial Vale (PTR) recursos esses valiosos para reconstrução da economia, entretanto com consequências sociais imprevisíveis.

E por se tratar de um recurso pago em pecúlio sem nenhum tipo de restrição ou controle significativo, tendo como condicionante somente a residência em Brumadinho no dia 25 de janeiro de 2019, esse dinheiro pode ser usado de forma desordenada e até mesmo de forma ilícita, podendo resultar em severas mudanças na dinâmica das relações sociais.

Diante da magnitude dos impactos sociais e da rápida mutação do cenário, a Política Social encontra outro desafio significativo: a morosidade inerente à burocracia estatal, pois é preciso se atentar que Brumadinho, de acordo com a classificação do IBGE, é categorizada como um município de pequeno porte II (20.001 a 50.000 habitantes), o que implica em limitações estruturais, orçamentaria e administrativas impostas legalmente.

Portanto a Política Social precisa reagir de forma ágil e eficaz para atender às necessidades da população, adotando medidas para acelerar os processos burocráticos

e promover uma adaptação da estrutura legal à dinâmica da realidade brumadinhense, garantindo uma resposta efetiva e adequada às demandas emergentes.

Outro obstáculo a ser superado pela Política Social de Brumadinho é o paradigma assistencialista e clientelista, circunstância essa muito pertinente a trajetória da Política de Assistência Social no Brasil que ainda procura consolidar seus alicerces como direito e não como favor ou caridade, tal situação implica em uma Política de Assistência Social de natureza imprevisível, volátil e inconstante comprometendo a continuidade de projetos e programas de longo prazo ou de mero cunho assistencialista.

O Plano de Assistência Social recorrentemente também reafirma a necessidade de expandir de maneira abrangente o atendimento da Assistência Social a região rural, uma questão de particular relevância para Brumadinho considerando o fato que Brumadinho é a terceira maior cidade em termos de extensão territorial em sua região “*geográfica imediata*” segundo o IBGE, sendo que fora da sede municipal, os outros quatro distritos tem características predominantemente rurais e enfrenta desafios relacionados à infraestrutura, como acesso limitado à internet, deficiências no transporte público e uma escassez de serviços públicos.

Essa realidade coloca em evidência a necessidade premente de garantir que a assistência social abranja efetivamente essas áreas rurais, para assegurar que todos os cidadãos, independentemente de onde vivam, tenham acesso equitativo aos benefícios e serviços necessários para uma vida digna e de qualidade.

III. CONCLUSÃO:

A tragédia ambiental é monumental e talvez irreversível, mas o que chama atenção no caso Brumadinho é o fato humano inerente ao caso, e põe voga a capacidade e o papel da política pública diante uma situação que mobiliza atores do poder público e da sociedade civil e até mesmo em especial, de forma mesmo que tímida, os *agentes do capital*⁴

⁴ Os principais agentes do capital financeiro são os grupos industriais transnacionais e os investidores institucionais. (Iamamoto,2008)

Diante da percepção da complexidade que envolve qualquer abordagem que procure entender os processos que envolvam a tragédia de Brumadinho a intenção deste projeto é fornecer um vislumbre do impacto na dinâmica da Política Pública a partir de uma grande calamidade, a fim de fornecer atributos aos esforços do poder público de reverter ou reparar as tendências apontadas pelos indicadores e que repercute em prejuízo a promoção plena da cidadania.

É preciso identificar em meio as mudanças e descontinuidade de políticas públicas os ganhos permanentes destas mudanças sociais que tragam “*alterações das relações sociais*” como é apontado por Lobato (2004) ou seja tragam reordenamento nas relações de poder e correlações de forças e no remanejamento político institucional.

E embora de dados estatísticos, mesmo que bem colhidos eles não alcançam na abordagem da complexidade do cotidiano vivido, assim na análise de uma política pública deve se ter como premissa o “*bem-estar permanente*” dos agentes envolvidos como também é apresentado por Lobato (2004).

Apesar de terem se passado pouco mais de 4 anos do desastre, quando analisamos sob a perspectiva de mudanças de paradigma e reconstrução na política administrativa e implementação de projetos eficazes, ainda é um período relativamente curto para observar mudanças significativas que remetem a estruturas permanentes.

No entanto, podemos inferir que se trata de um processo em constante ebulição com ramificações com resultantes diversos, entretanto à alta demanda e à pressão exercida por outras esferas governamentais, organizações do terceiro setor e entidades privadas, a estrutura municipal teve que encontrar formas de se adaptar às mudanças, além de receber injeções de recursos financeiros, tanto para a população quanto para a infraestrutura pública municipal.

No entanto, ao examinarmos apenas dados básicos do atendimento da Assistência Social, fica evidente uma tendência de aumento na demanda pelos serviços em um curto espaço de tempo. Esse fato, aliado ao processo moroso de adaptação do serviço público, coloca uma pressão significativa sobre a máquina pública, tornando desafiador o desenvolvimento de uma estratégia qualificada de médio e longo prazo para a Política municipal de Assistência Social.

IV. REFERÊNCIA:

ALICE DIANEZI GAMBARDELLA; ACOSTA, A. M.; DE, F. **Produzindo dados e operando sistemas: o trabalhador do SUAS diante dos desastres socioambientais.** n. 144, p. 193–212, 1 set. 2022.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126–133, 10 nov. 2013.

BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-DATASUS. Disponível em <http://www.datasus.gov.br> [acessado em 1 de maio de 2023]

FRAUDE faz aumentar população de Brumadinho e de cidades à margem do Paraopeba. G1, [30 de setembro de 2019]. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/30/fraude-faz-aumentar-populacao-de-brumadinho-e-de-cidades-a-margem-do-paraopeba.ghtml>. Acesso em: [05 de ago. de 2023].

EDITORIAL, E. **Saúde em Todas as Políticas.** Disponível em: <<https://dssbr.ensp.fiocruz.br/glossary/saude-em-todas-as-politicas/>>. Acesso em: 22 maio. 2023.

Entendendo o Acordo de Reparação Integral. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.vale.com/documents/d/guest/cartilha-para-a-comunidade-acordo-de-reparacao-integral-12444-1-1>>. Acesso em: 22 maio. 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, questão social e Serviço Social no Brasil: **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, n.21, P 117-139, 18 jul. 2008 Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r5811Ax.pdf> Acessado em 1 de maio de 2023.

LOBATO, L. DE V. C. Avaliação de políticas sociais: notas sobre alguns limites e possíveis desafios. Trabalho, Educação e Saúde, v. 2, p. 95–106, 1 mar. 2004.

LOBATO, I.;DRUMOND, F.; RIBEIRO, A; BARCELLOS, B. **Aliança por Brumadinho.** Cartilha 2019.Elogoup

MAYORGA, C. Desastre de Brumadinho e os impactos na saúde mental. **Ciência e Cultura**, v. 72, n. 2, p. 06–08, abr. 2020.

NASCIMENTO, L. DE C. N. et al. Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with schoolchildren. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 228–233, 1 fev. 2018.

NICO, L. S. et al. A Grounded Theory como abordagem metodológica para pesquisas qualitativas em odontologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 789–797, jun. 2007.

SOARES, A.; REIS, D.; GUIOMAR DA CUNHA FROTA, M. Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>>.

SOUZA, Ana Claudia, ALEXANDRE, Neusa Maria Costa, GUIRARDELLO, Edinêis de Brito. Propriedade psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. **Epidemiol. Serv. Saúde**, 26.p (649-659), jul,2017.

PAIVA, A. R. Análise e avaliação de políticas sociais: algumas perspectivas do debate atual. *O Social em Questão*, v. 19, n. 36, p. 21–38, 2016. Disponível: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264396001/html/> Acessado em 01 maio 2023

PLANO METROPOLITANO. **Breve Histórico da Gestão Metropolitana da RMBH**, Belo Horizonte.2023 Disponível: <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/pt-br/content/rmbh.htm>. Acessado em 01 maio 2023

PREFEITURA DE BRUMADINHO. **Dossie Brumadinho, Brumadinho MG**, P.43 Disponível em <https://portal.brumadinho.mg.gov.br/download/28908/> Acessado em 23 de maio de 2023

PREFEITURA DE BRUMADINHO. Disponível em: <<https://brumadinho.mg.gov.br/servicos/diario-oficial/0/1>>. Acesso em: 22 maio. 2023.

TANEZINI, T. C. Z. Parâmetros teóricos e metodológicos para análise de políticas sociais. **SER Social**, n. 14, p. 13–44, 14 ago. 2009.

THOMAS, Debora Butka, XAVIER, Nagila Soares e GOULART, Niegia Garcia. Aspectos essenciais na construção de instrumentos de coleta de dados em pesquisas primárias de saúde. **Rev. CEFAC**, 20, p. (657-664), Set,2018.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529–550, jun. 2008.

Vale diz que sirenes não foram acionadas por velocidade do deslizamento em Brumadinho. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/vale-diz-que-sirenes-nao-foram-acionadas-por-velocidade-do-deslizamento-em-brumadinho.shtml>. Acesso em: 2 Ago. 2023.

Veja. Vale pagará auxílio a todos os moradores de Brumadinho. *Veja*, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/vale-pagara-auxilio-a-todos-moradores-de-brumadinho>. Acesso em: em 23 de maio de 2023.

VI. CONCLUSÃO:

A catástrofe de Brumadinho é um lembrete sombrio da vulnerabilidade humana e ambiental frente ao poderio econômico de instituições poderosas que visam o lucro, levando muito pouco em consideração os fatos ambientais e humanos envolvidos no processo.

No artigo orientador deste trabalho intitulado *“Assistência Social de Brumadinho-MG: impactos e desafios após o rompimento da Barragem em Córrego do Feijão”* o autor apresenta o contexto de Brumadinho logo após o rompimento da Barragem e os primeiros movimentos do poder público no desenvolvimento de políticas em resposta aos impactos do rompimento da barragem em Brumadinho, mais especificamente na Política Municipal de Assistência Social.

O Artigo ainda apresenta dados que colaboram para entendimento de mudanças significativas no perfil da população atendida, nas estratégias de construção de Política de Assistência Social e nas relações entre usuários e operadores da Política de Assistência Social.

E embora o caso de rompimento da Barragem em Mariana em 2015 apresente características semelhantes em termos de destruição ambiental, o caso de Brumadinho se destaca pela sua magnitude nos impactos sociais. Enquanto em Mariana houve 19 vítimas diretas, Brumadinho registrou mais de 270 vítimas e dezenas de desabrigados.

Outra dimensão passível de comparação é o engajamento do poder público na coordenação dos atendimentos emergenciais e no empenho na reparação ao danos em Brumadinho, esse movimento pode ter sido para evitar erros como aconteceram em Mariana, onde segundo o Secretario Estadual de Minas Gerais a época Otto Reis em entrevista ao Site da Câmara Estadual de Minas Gerais que no Caso Mariana *“foram misturados danos coletivos e individuais”* (FEREIRA,2020) resultando que os recursos repassados ao Estado de Minas Gerais e ao Município de Mariana foram bastante reduzidos e demorados.

“A perda de vidas humanas decorrentes do desastre da Vale S/A superou em muito o desastre da barragem da Samarco. Dessa vez, a empresa captou imagens do momento do rompimento, as quais foram divulgadas na semana seguinte por diversos meios de comunicação (televisão, internet etc.). A

sequência dos eventos gravados no exato momento do rompimento da barragem B1 da Vale S/A mostra dezenas de trabalhadores sobre e sob o barramento, o que evidenciou que, em nenhum momento, os trabalhadores tiveram qualquer possibilidade de tentar se abrigar ou de fugir da lama de rejeitos". (PEREIRA,2023)

Além disso, outro aspecto a ser considerado é o envolvimento da mídia, em Brumadinho, houve registros em vídeo que capturaram o exato momento do rompimento, imagens impactantes, potencializadas com o auge das redes sociais em 2019, reverberaram globalmente.

Mas é preciso salientar que mesmo considerando a especificidade do caso Brumadinho, a discussão proposta neste artigo pode ser ampliada para vários outros debates inseridos no contexto de fortalecimento das Políticas de Assistência Social. Três desses debates são particularmente evidenciados nas fases temporais de *Emergência, Pós-emergência e Reconstrução*.

Durante a fase de emergência, destaca-se a necessidade de aprimorar o SUAS para responder eficazmente às situações de calamidade e emergência e apesar de suas ações e prerrogativas estarem tipificadas pela Resolução Federal do CNAS nº 109, datada de 11 de novembro de 2009, apenas recentemente esse debate ganhou projeção efetiva, em virtude dos recorrentes casos emergenciais observados nos últimos anos.

E segundo o guia do MDS em parceria com a UNICEF "*Emergências no Sistema Único de Assistência Social - SUAS O que fazer?*" lançado recentemente em 2023, existe uma tendência que o contexto de emergência e calamidade se agrave nos próximos anos no Brasil:

"As perspectivas futuras desenham cenários nos quais será mais comum a ocorrência de eventos adversos, decorrentes, entre outros, de mudanças climáticas, deterioração ambiental, urbanização, e sobrecarga das cidades. Estes eventos têm ocorrido de forma cada vez mais frequente e com maior intensidade (MDS, p.25, 2023)

Portanto o SUAS vai precisar fortalecer seus protocolos de atendimento, especialmente porque os riscos para grupos vulneráveis, como crianças, adolescentes, gestantes, idosos, pessoas com deficiência e outros que necessitam de cuidados, aumentam durante emergências.

O outro debate importante que pode ser salientado do artigo está no contexto de *pós emergencial* e tem haver com a complexidade do contexto social e as suas múltiplas consequências, uma vez que uma emergência como ocorrido em Brumadinho pode gerar mudanças extremas e abruptas na dinâmica social de uma cidade ou estado.

O caso Brumadinho perpassa por questões burocráticas e varia até impactos emocionais generalizados, que reverberam na saúde mental de toda uma cidade, comprometendo severamente o papel primordial do estado de promover o bem-estar da população, desta forma o artigo em questão demonstra a complexidade dos impactos advindos da *tragédia/crime* que segundo o autor é um fenômeno pouco estudado, ainda mais no contexto das ciências humanas, em especial as questões que envolvem a Política de Assistência Social.

Assim é preciso salientar que todo esses impactos e consequências ainda ecoam de forma nítida no contexto atual de Brumadinho mesmo após 4 anos e uma enxurrada de ações institucionais, ou seja, não estamos falando de um processo estático, mas sim de um evento em constante movimento que transformou permanentemente toda a cidade que ainda precisa ser estudado e compreendido, desta forma fica evidenciado ainda a necessidade do aperfeiçoamento dos processos de análise das ciências humanas no que tange na leitura da realidade.

O entendimento de processos sociais como em Brumadinho apresenta ao pesquisador desafios metodológicos de pesquisa, extremamente complexo com resultantes, que ao olhar do viés do capital, são consideradas menos rentáveis e impactantes em curto prazo, sendo talvez seja um dos pilares do motivo da lacuna em pesquisas sobre a Política de Assistência Social de Brumadinho.

Um terceiro debate, que é um desdobramento quase que natural do segundo debate é calcado temporariamente na fase de *reconstrução*, tem a ver com a ciência de análise e incremento de políticas públicas eficazes.

O debate sobre a análise de políticas públicas é um tema em ascensão que tem se corporificado e aperfeiçoado segundo Lotta (2019), uma vez que a ciência do campo analítico de política pública ainda é subnutrido:

“Como pode ser visto pela produção nacional e internacional, os estudos sobre implementação têm aumentado e se complexificado. E isso acontece não apenas

no campo específico de políticas públicas, mas também em áreas setoriais que analisam políticas públicas de educação, saúde, assistência, segurança, entre outras. A incorporação de elementos analíticos de estudos sobre implementação nesses estudos setoriais pode trazer ganhos importantes não apenas para as áreas específicas, mas também para o acúmulo mais geral de aprendizados sobre processos de implementação.” (Lota. 2019, p.34)

Desta forma compreender a evolução e os impactos dos processos ocorridos em Brumadinho é extremamente valioso é importante para construção de estratégias futuras para aperfeiçoamentos das Políticas de Brumadinho ou outros municípios, pois analisar detalhadamente como esses eventos se desenrolaram e afetaram o tecido social, transitando do ponto A ao ponto B, não apenas enriquece nosso acervo de conhecimentos da realidade social, mas atribui de forma prática os formuladores de política pública epifanias e instrumentos para formular estratégias eficazes e medidas preventivas que podem ser aplicadas para mitigar ou gerenciar questões semelhantes de calamidade em outras partes do Brasil, promovendo assim a resiliência e a melhoria de vida das comunidades afetadas.

Portanto é imperativo que as políticas públicas sejam ágeis e robustas o suficiente para não apenas responder a tais desastres, mas também para prevenir, e assim pensando no maior interesse da sociedade de eficácia e equilíbrio orçamentário, é relativamente mais barato evitar os desastres, uma vez que as consequências são incalculáveis e incontrolláveis, como é demonstrado no caso de Brumadinho.

Outra questão que ficou evidenciada são as dificuldades do poder público nas articulações intersetoriais, uma deficiência que se estende nas três esferas governamentais. Embora diante da magnitude de um evento inesperado de emergência seja inevitável certa desorganização, é preciso frisar que, se a rede de informação fosse minimamente interligada, muitas das "cabeçadas entre serviços" seriam amenizadas.

Até mesmo o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e o Sistema Único de Saúde (SUS), que compartilham a mesma matriz de direitos sociais fundamentais, enfrentaram dificuldades significativas para construir ações convergentes.

A Prefeitura de Brumadinho, visando tentar construir uma união entre essas duas ações, implantou um equipamento que tinha como proposta a integração entre a Assistência Social, Saúde e Defesa Civil. Inaugurado em agosto de 2020, o Centro de Referência de Assistência Social Especializado em Calamidade (CRASEC – Saúde) tinha

como objetivo atender de forma mais integral a população atingida pela tragédia em Brumadinho. Em seu contorno, havia serviços de atendimento à saúde como psicólogos, assistentes sociais, técnicos jurídicos, fonoaudiólogos, terapeutas ocupacionais, médicos e enfermeiros, além de integrar serviços do Núcleo de Práticas Integrativas e Complementares (NUPIC) e do Serviço de Atenção Domiciliar (SAD).

Apesar da iniciativa apresentar grande potencial, houve pouco apoio para sua implantação em instâncias estaduais e federais. Como consequência, seu financiamento era praticamente municipal, o que cada vez mais desequilibrou seu caráter integrado, levando o programa a pender para a política mais financiada e aperfeiçoada, a política de saúde. Mesmo que ainda exista em 2024, a convergência do programa com o SUAS é quase inexistente.

A reconstrução de Brumadinho e a adaptação das políticas públicas locais demonstram um esforço contínuo e multifacetado para alcançar um bem-estar duradouro para a comunidade e o meio ambiente, mas uma coisa fica evidenciado na pesquisa é a reconfiguração do perfil social da cidade, fato este que apresenta fortes sinais de permanência definitiva, ou seja, a cidade foi completamente transformada em sua essência após a tragédia/crime, a cidade pacata e familiar aqui jaz.

VII. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O trabalho em questão transcende a ideia de medidor de impacto na Política de Assistência Social de uma cidade, ou seja, não se resume a leitura de dados comparativos, uma vez que implicado a esta pesquisa reverbera nela uma série de questões a serem aprofundadas e estudadas conforme sua característica e urgência.

O estudo de eventos com impactos sociais profundas como o rompimento da barragem em Brumadinho, pode levar a uma leitura extremamente restrita se os aspectos subjetivos e humanos não forem devidamente considerados, portanto, é essencial enfatizar que os impactos sociais são intrinsecamente multidimensionais e se manifestam em um contexto que é tanto dinâmico quanto suscetível a mudanças, o que representa um desafio complexo para a compreensão integral da realidade.

Desta forma é preciso salientar qual a posição do pesquisador que apesar da neutralidade científica necessária a qualquer pesquisa de cunho acadêmico, é preciso que o pesquisador, seja aliado a ideia de justiça social e mundo melhor, no caso em questão, na responsabilização dos criminosos e omissos.

As lições aprendidas devem transcender o local do desastre, influenciando políticas em níveis municipal, estadual e federal, sendo que a colaboração entre o poder público, sociedade civil e setor privado são importantíssimos para desenvolver estratégias que garantam a segurança, a sustentabilidade e a resiliência das comunidades e ainda que os dados estatísticos mostrem um aumento na demanda por serviços sociais ou seja aumento da vulnerabilidade, esses dados podem ainda refletir uma crescente conscientização e envolvimento da população nos processos políticos de busca pelos direitos.

Apesar de fugir do escopo desta pesquisa o debate sobre a segurança de Barragem é inerente a um debate sobre as questões que envolvem o caso de Brumadinho, questões sobre a responsabilidade corporativa, a eficácia dos mecanismos de fiscalização e o fim das barragens a montante permearam o a discursões que resultam na criação de novas legislações e a revisão da Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens (PNAB) além disso segundo o Relatório de Segurança de Barragens (2022) aponta a redução de 35% no número de barragens, fato esse que reflete um esforços maior do sistema de fiscalização para identificação de possível situação de risco.

Diante da reflexão sobre os processos que envolvem o rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, em 2015, e de Córrego do Feijão, em Brumadinho, é preciso pensar o que aprendemos como sociedade.

A resposta a essas indagações extrapola o consenso comum mundial, materializado nas convenções e conferências globais sobre meio ambiente, de que a extração mineral, da forma como é concebida atualmente, é extremamente nociva ao planeta, remetendo à contaminação da água e do solo, desmatamento, emissão de poluentes e riscos às comunidades circunvizinhas.

A lição definitiva que ficou clara após dois desastres ambientais e sociais irreversíveis, quase que em sequência, é que precisamos debater seriamente a situação

e tomar providências eficazes para mitigar e anular as consequências da exploração desta matriz econômica.

Contudo, ao depararmos com essa conclusão óbvia de que algo precisa mudar para que não aconteça outra tragédia da mesma natureza, observamos que, no cenário geral, a resposta plausível é que muito pouco foi feito de concreto que resultasse em uma mudança estrutural da situação. Tal fato causa perplexidade, considerando a magnitude do que aconteceu no cenário brasileiro.

Segundo Ribeiro (2024), em 2020 foi apresentado pelas Nações Unidas o Global Industrial Standard for Tailings Management (GISTM), um padrão de gestão de rejeitos que envolve avaliações e auditorias mais frequentes às empresas. Ou seja, pensando no âmbito das empresas de mineração, tal protocolo levaria a própria indústria a impor uma fiscalização mais rigorosa das barragens. Entretanto, segundo pesquisa da Auditoria KPMG, somente 18% das empresas com potencial risco de barragem no Brasil se disseram comprometidas com o padrão GISTM.

Outro fato que reflete a lentidão desses processos é a questão da legislação. Segundo a mesma autora, dos nove projetos de lei aprovados desde 2019, somente um foi sancionado: a Lei 14.755, de 2023, que institui a Política Nacional de Direitos das Populações Atingidas por Barragens.

Outra questão que precisa ser salientada é a concretude da justiça em apontar e punir os culpados nos dois rompimentos, processos esses vagarosos e rodeados de avanços e retrocessos, resultando na demora nas indenizações e afasta a possibilidade de condenações, assim o que reina é o sentimento de impunidade.

A *tragédia/crime* de Brumadinho, com suas consequências ambientais, humanas e políticas, ressalta a necessidade de uma abordagem holística e adaptativa na gestão de políticas públicas. A capacidade de reagir e se reestruturar diante de calamidades não apenas testa, mas também define a eficácia das instituições governamentais e da sociedade civil.

VIII. REFERÊNCIA:

AGÊNCIA BRASIL. **Igreja se transforma em lavanderia para higienizar fardas de bombeiros**. Agência Brasil, Brasília, 18 fev. 2019. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-02/igreja-se-transforma-em-lavanderia-para-higienizar-fardas-de-bombeiros>. Acesso em: 20 nov. 2024.

AGÊNCIA BRASIL. **Governo federal lança pacote de ações em favor de Brumadinho**. Disponível em: <<https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2019-06/governo-federal-lanca-pacote-de-acoes-em-favor-de-brumadinho>>. Acesso em: jan.2022

ALICE DIANEZI GAMBARDELLA; ACOSTA, A. M.; DE, F. **Produzindo dados e operando sistemas: o trabalhador do SUAS diante dos desastres socioambientais**. n. 144, p. 193–212, 1 set. 2022.

ARRETCHE, M. T. S. Tendências no estudo sobre avaliação de políticas públicas. Terceiro Milênio: **Revista Crítica de Sociologia e Política**, v. 1, n. 1, p. 126–133, 10 nov. 2013.

BBC.Tragédia em Brumadinho: os 30 minutos em que lama avançou sem alerta. BBC Brasil, Brumadinho, 07 de fev de 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47149958>. Acesso em: 20 nov. 2023.

BRASIL, Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. **Dispõe sobre a Lei Orgânica da Assistência Social**. Diário Oficial da União, Brasília, 8 dez. 1993.

BRASIL, Ministério da Saúde. Banco de dados do Sistema Único de Saúde-**DATASUS**. Disponível em <http://www.datasus.gov.br> [acessado em 1 de maio de 2023]

BRUMADINHO. **Plano Municipal de Assistência Social 2023-2025**. Diário Oficial de Brumadinho, Brumadinho, n. 2.318, p. 20-90, 14 fev. 2023. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47149958>. Acesso em: 3 de nov. de 2023.

CÂMARA DE DEPUTADOS. **Moradores de Brumadinho temem mesmos erros que os de Mariana na reparação de danos da Vale**. Brasília, 07 de dez. De 2020. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/713519-moradores-de-brumadinho-temem-mesmos-erros-que-os-de-mariana-na-reparacao-de-danos-da-vale/>. Acesso em: 20 nov. 2023.

CMAS - Conselho Municipal de Assistência Social de Brumadinho; Secretaria Municipal de Desenvolvimento Social de Brumadinho. **Plano Municipal de Assistência Social de Brumadinho 2019-2021**. Brumadinho, 2018.

Defesa Civil de Santa Catarina. Manual de Defesa Civil. Disponível em: <https://www.defesacivil.sc.gov.br/download/manual-de-defesa-civil/>. Acesso em: 20 nov.

FRAUDE faz aumentar população de Brumadinho e de cidades à margem do Paraopeba. G1, [30 de setembro de 2019]. Disponível em: <https://g1.globo.com/jornal-nacional/noticia/2019/09/30/fraude-faz-aumentar-populacao-de-brumadinho-e-de-cidades-a-margem-do-paraopeba.ghtml>. Acesso em: [05 de ago. de 2023].

EDITORIAL, E. **Saúde em Todas as Políticas.** Disponível em: <https://dssbr.ensp.fiocruz.br/glossary/saude-em-todas-as-politicas/>. Acesso em: 22 maio. 2023.

Entendendo o Acordo de Reparação Integral. Disponível em: <https://www.vale.com/documents/d/guest/cartilha-para-a-comunidade-acordo-de-reparacao-integral-12444-1-1>. Acesso em: 22 maio. 2023.

G1. Secretaria vítima da tragédia será velada na Câmara de Brumadinho. G1 - Minas Gerais, Brumadinho, 30 jan. 2019. Disponível em: <https://g1.globo.com/mg/minas-gerais/noticia/2019/01/30/secretaria-vitima-da-tragedia-sera-velada-na-camara-de-brumadinho.ghtml>. Acesso em: 20 nov. 2023.

IBGE. Panorama [Internet]. **Brumadinho, MG.** Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/brumadinho/panorama>. Acesso em: 05 maio 2023.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Mundialização do capital, questão social e Serviço Social no Brasil: **Revista da Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro**, n.21, P 117-139, 18 jul. 2008 Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/8j7F236BNGDj5r58l1Ax.pdf> Acessado em 1 de maio de 2023.

INVESTNEWS. 5 anos de Brumadinho: o que foi feito desde o rompimento da barragem da Vale?. 2024. Disponível em: <https://investnews.com.br/infograficos/5-anos-de-brumadinho-o-que-foi-feito-desde-o-rompimento-da-barragem-da-vale/>. Acesso em: 8 jun. 2024.

LOBATO, L. DE V. C. **Avaliação de políticas sociais: notas sobre alguns limites e possíveis desafios.** Trabalho, Educação e Saúde, v. 2, p. 95–106, 1 mar. 2004.

LOBATO, Lays. Liderança: **pavimentar vias para outras mulheres.** Elogroup Insights. Disponível em: <https://elogroup.com/insights/lays-lobato-lideranca-pavimentar-vias-para-outras-mulheres/>. Acesso em: nov. 2023.

LOBATO, I.; DRUMOND, F.; RIBEIRO, A; BARCELLOS, B. **Aliança por Brumadinho.** Cartilha 2019. Elogoup

MAYORGA, C. Desastre de Brumadinho e os impactos na saúde mental. **Ciência e Cultura**, v. 72, n. 2, p. 06–08, abr. 2020.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE MINAS GERAIS. **Ação Civil Pública. Autos nº 5000053-16.2019.8.13.0090**. Brumadinho: MPMG, 2024. Disponível em: usbrasil.com.br/processos/482155827/peca-peticao-tjmg-acao-indenizacao-por-dano-moral-civel-procedimento-comum-civel-contra-vale-1425546522. Acesso em: 29 de abril de 2024.

MORAES, Roque. **Análise de conteúdo**. Revista Educação, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

NASCIMENTO, L. DE C. N. et al. Theoretical saturation in qualitative research: an experience report in interview with schoolchildren. **Revista Brasileira de Enfermagem**, v. 71, n. 1, p. 228–233, 1 fev. 2018.

NICO, L. S. et al. A Grounded Theory como abordagem metodológica para pesquisas qualitativas em odontologia. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 12, n. 3, p. 789–797, jun. 2007.

SOARES, A.; REIS, D.; GUIOMAR DA CUNHA FROTA, M. Guia básico para a elaboração do projeto de pesquisa. [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/cpinfo/educacao/docs/06a.pdf>>.

SOUZA, Ana Claudia, ALEXANDRE, Neusa Maria Costa, GUIRARDELLO, Edinêis de Brito. Propriedade psicométricas na avaliação de instrumentos: avaliação da confiabilidade e da validade. **Epidemiol. Serv. Saúde**, 26.p (649-659), jul,2017.

PAIVA, A. R. **Análise e avaliação de políticas sociais: algumas perspectivas do debate atual**. O Social em Questão, v. 19, n. 36, p. 21–38, 2016. Disponível: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552264396001/html/> Acessado em 01 maio 2023

PLANO METROPOLITANO. **Breve Histórico da Gestão Metropolitana da RMBH**, Belo Horizonte.2023 Disponível: <http://www.rmbh.org.br/mzrmbh/pt-br/content/rmbh.htm>. Acessado em 01 maio 2023

PREFEITURA DE BRUMADINHO. **Dossie Brumadinho, Brumadinho MG**, P.43 Disponível em <https://portal.brumadinho.mg.gov.br/download/28908/> Acessado em 23 de maio de 2023

PREFEITURA DE BRUMADINHO. Disponível em: <<https://brumadinho.mg.gov.br/servicos/diario-oficial/0/1>>. Acesso em: 22 maio. 2023.

TANEZINI, T. C. Z. Parâmetros teóricos e metodológicos para análise de políticas sociais. **SER Social**, n. 14, p. 13–44, 14 ago. 2009.

THOMAS, Debora Butka, XAVIER, Nagila Soares e GOULART, Niegia Garcia. Aspectos essenciais na construção de instrumentos de coleta de dados em pesquisas primárias de saúde. **Rev. CEFAC**, 20, p. (657-664), Set, 2018.

TREVISAN, A. P.; VAN BELLEN, H. M. Avaliação de políticas públicas: uma revisão teórica de um campo em construção. **Revista de Administração Pública**, v. 42, n. 3, p. 529–550, jun. 2008.

VALE. Relatório de reparação. 2019 Disponível em Disponível em: <https://vale.com/documents/d/guest/2019-junho>. Acesso em: 29 de abril de 2024

Vale diz que sirenes não foram acionadas por velocidade do deslizamento em Brumadinho. Folha de S.Paulo, São Paulo, 28 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/01/vale-diz-que-sirenes-nao-foram-acionadas-por-velocidade-do-deslizamento-em-brumadinho.shtml>. Acesso em: 2 ago. 2023.

Veja. Vale pagará auxílio a todos os moradores de Brumadinho. *Veja*, 19 de fevereiro de 2019. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/vale-pagara-auxilio-a-todos-moradores-de-brumadinho>. Acesso em: em 23 de maio de 2023